

Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de Educação
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local –
POSMEX

Cleyton Douglas de Apolônio Vital

**POLÍTICAS PÚBLICAS, JUVENTUDE E CAPITAL SOCIAL: as apropriações
do Programa Casa das Juventudes pelos jovens de Lagoa de Itaenga, Pernambuco**

Recife
2014

Cleyton Douglas de Apolônio Vital

**POLÍTICAS PÚBLICAS, JUVENTUDE E CAPITAL SOCIAL: as apropriações
do Programa Casa das Juventudes pelos jovens de Lagoa de Itaenga, Pernambuco**

Recife

2014

Cleyton Douglas de Apolônio Vital

**POLÍTICAS PÚBLICAS, JUVENTUDE E CAPITAL SOCIAL: as apropriações
do Programa Casa das Juventudes pelos jovens de Lagoa de Itaenga, Pernambuco**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX), da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), como requisito parcial ao título de Mestre EM Extensão Rural e Desenvolvimento Local, sob a orientação da Professora Dra. Maria Salett Tauk Santos.

Recife

2014

CLEYTON DOUGLAS DE APOLÔNIO VITAL

POLÍTICAS PÚBLICAS, JUVENTUDE E CAPITAL SOCIAL: as apropriações do Programa Casa das Juventudes pelos jovens de Lagoa de Itaenga, Pernambuco

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX), da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), como requisito parcial ao título de Mestre EM Extensão Rural e Desenvolvimento Local, sob a orientação da Professora Dra. Maria Salett Tauk Santos.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Salett Tauk Santos
UFRPE (Presidenta/Orientadora)

Profa. Dra. Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida
UFRPE (Examinadora Interna)

Profa. Dra. Irenilda de Souza Lima
UFRPE (Examinadora Interna)

Profa. Dra. Ana Maria da Conceição Veloso
UNICAP (Examinadora Externa)

Recife, 20/01/2014

As culturas populares existem porque a reprodução desigual da sociedade, gera uma apropriação desigual dos bens econômicos e culturais por parte de diferentes classes e grupos na produção e no consumo; uma elaboração própria de suas condições de vida e uma satisfação específica de suas necessidades nos setores excluídos da participação plena no produto social; uma interação conflitiva entre as classes populares com as hegemônicas pela apropriação dos bens (CANCLINI, 1987, p.49).

DEDICATÓRIA

Como ninguém é forte sozinho, dedico à Carmem Lúcia, (minha mãe), meu porto seguro em dias de desassossego. Também a todos que dormem com a sensação do dever cumprido e acordam com a esperança de dias melhores...

AGRADECIMENTOS

Não é de todo justa a máxima de que a pesquisa é solitária, que o caminho percorrido ao longo do fazer científico é formado por solidão e decisões exclusivamente individuais. A parte os momentos em que a dissertação me exigiu introspecção e isolamento – mesmo que em meio à multidão -, sou extremo e apaixonadamente grato aos que, bravamente, me acompanharam nestes dias, que formaram semanas, complementaram meses e, cá estamos, dois anos de caminhada.

Agradeço de pés ao meu Deus, arquiteto maior que projetou minha vida com tanto carinho. A você, minha dependência eterna.

À minha orientadora e professora Salett Tauk Santos, que me acolheu neste eterno embate com e a favor do campo científico, olhar atento e jornalístico, empréstimos e constantes sugestões bibliográficas, força de argumentação e, por que não, também pelas discussões temperadas pela (minha) impaciência e inexperiência e por (sua) exigência e alto teor profissional. Mas aí da vida e da pesquisa se não fosse os confrontos. Obrigado pelos ensinamentos, impagável disponibilidade, biblioteca 24h, pelos sucos de acerolas em seu recôndito apartamento e, em especial, pela paixão confessa e irremediável ao ensino e pesquisa com a qual vem se dedicando todo esse tempo.

Aos meus pais, Gildo Vital e Carmem Lúcia, à minha irmã Cleiceane e meu irmão Wagner, por tornarem tudo, tudo possível. Eu nunca, nem com todo esforço e outros auxílios, teria conseguido nada sem a presença, apoio, amor e, mesmo ao meu contra gosto, intromissão bem intencionada de vocês. À Sofia e Nickollas, cada um há seu tempo, não existem palavras que possam descrever ou mensurar o amor que “inho” sente por vocês. Obrigado por alegrarem meus dias.

Meus amigos, colegas e professores do POSMEX, pelo crescimento intelectual e pessoal compartilhados. A lista é grande, porque a gratidão é imensa:

Isabel de Jesus Santos, gratíssima surpresa trazida por ventos baianos, companheira para todas as horas, todos os temas e com quem dividi inesquecíveis tardes com acarajés e abará - regadas por conversas sobre corpus, método e etnografia, com deliciosas pausas para falar e rir da vida alheia e muitas vezes das nossas próprias pequenas misérias. ‘Bel’, não nos percamos de vista!

À Aniérica, Luciana, Ana Paula, Thiago, Marconiedson, Daniel, Pedro, Manuella, Marco, Ramon e Gisele – turma de 2012 com quem aprendi a desatar os nós e a constituir os laços. No coração, é que vou levando um pouco de todos.

Aos Professores do POSMEX, em especial, Brás Callou; Irenilda Lima e Graça Ataíde – corpo de professores “top”, excelentíssimos no fazer docência e no ensino para à vida.

À Márcia Paraíso... e não é à toa que seu sobrenome é “Paraísoooooooooo” – Rsrrsr... Além de secretária do Programa, foi amiga, cúmplice, confidente e irmã. Sempre apostou todas as suas fichas em mim e é por isso que a levarei no coração pra uma vida inteira.

Se houve algum instante de solidão neste caminhar, foi por imposição e ‘culpa’ exclusiva da minha dissertação, nunca esqueci ninguém, pois vocês sempre estiveram aqui.

Muito Obrigado!

RESUMO

Este estudo analisa a recepção da proposta governamental Casa das Juventudes pelos jovens do município de Lagoa de Itaenga, microrregião da Mata Setentrional de Pernambuco. Especificamente volta-se a compreender até que ponto o trabalho promovido pelo Programa Casa das Juventudes contribui para o desenvolvimento do capital humano e do capital social desses jovens de contexto popular. O Programa Casa das Juventudes surgiu no ano de 2007 com bases firmadas no Serviço de Tecnologia Alternativa – SERTA, ONG que trabalha com formação de jovens e educação do campo. No ano de 2010, a proposta passa a ser iniciativa do Governo do Estado de Pernambuco, em parceria com os municípios, amparado em novo paradigma na instituição de Políticas Públicas de Juventude, propulsionada por um conceito que apresenta o jovem como um agente estratégico de desenvolvimento e sujeito de direitos. O objetivo do Programa é apoiar os coletivos e movimentos juvenis fomentando o desenvolvimento da autonomia, participação, democratização das tecnologias de informação e da comunicação, além da formação política e cidadã dos jovens. O estudo volta-se à análise das apropriações que os jovens fazem da proposta da Casa das Juventudes, ancorado num estudo de caso na perspectiva dos estudos culturais nas abordagens de Martín-Barbero, García Canclini, Taúk Santos, Jara e Guaraná, entre outros referenciais voltados ao estudo de recepção envolvendo a juventude de contextos populares rurais. A abordagem metodológica utilizou técnicas combinadas de coleta de dados como pesquisa bibliográfica, análise documental, roteiros de entrevistas semi-estruturadas. Procedeu-se a análise do capital humano e do capital social dos jovens envolvidos com o Programa Casa das Juventudes a partir das categorias: confiança; cooperação; grupos e redes; e desenvolvimento local. O estudo evidenciou que esses jovens chegam à Casa das Juventudes em busca de melhores oportunidades de vida. A experiência vivenciada no Programa aumenta a autoestima dos jovens na medida em que se profissionalizam como comunicadores comunitários. Adquirem experiência em trabalhos de grupos e em rede fortalecendo a cooperação e articulação comunitária, contribuindo a construção do desenvolvimento local da comunidade.

Palavras – chave: Comunicação. Políticas Públicas. Desenvolvimento Local. Juventude. Capital Social.

ABSTRACT

This study examines the response to the government proposed Youth House by the youth from Lagoa de Itaenga, microregion of the Northern Forest of Pernambuco. Specifically intends to understand the extent to which the work promoted by the Youth House program contributes to the development of human capital and social capital of the youth in this popular context. The Youth House Program emerged in 2007 with bases embedded in the Alternative Technology Service - Serta, NGO working with youth training and education field. In 2010, the proposal became the initiative of the Government of the State of Pernambuco, in partnership with municipalities, supported by a new paradigm in the Youth Public Policies institution, propelled by a concept that presents youth as a strategic element of development and subject of rights. The objective of the Program is to support the collective and youth movements fostering the development of autonomy, participation, democratization of information and communication technologies, in addition to political and civic education of the young people. The paper then turns to the analysis of appropriations that youth are proposed by the Youth House, based on a case study from the perspective of cultural studies in approaches to Martín - Barbero, García Canclini, Tauk Santos, Jara and Guarana, among other references directed to reception study involving youth from popular rural contexts. The methodological approach used combined techniques of data collection, literature review, document analysis, and semi-structured interviews. The analysis of human capital and social capital of young people involved in the Youth House Program considering the following categories: trust, cooperation, groups and networks, as well as local development. The study showed that these young people come to the Youth House in search of better opportunities. The experience in the program increases the self-esteem of young people as they gain professional training as community communicators. Additionally, the experience gained in group work and networking strengthens cooperation and joint community, helping to build the local development of the community.

Keywords: Communication. Public Policy. Local Development. Youth. Social Capital.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIP – Conjunto Integrado de Projetos;

CONDEPE – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco;

COMDICA - Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CVLIS – Crimes Violentos Letais Intencionais;

GT – Grupo de Trabalho;

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano;

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal;

ONG – Organização não-governamental;

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;

OS – Organização Social;

PE – Projeto Estadual;

PP – Política Pública;

PCJ – Programa Casa das Juventudes;

SERTA - Serviço de Tecnologia Alternativa;

SCJ – Secretaria da Criança e Juventude;

LISTA DE APÊNDICE

1. APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM TÉCNICOS DO PROGRAMA CASA DAS JUVENTUDES DE LAGOA DE ITAENGA

2. APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM PARTICIPANTES DO PROGRAMA CASA DAS JUVENTUDES DE LAGOA DE ITAENGA

3. APÊNDICE 3 - RELAÇÃO DOS JOVENS ENTREVISTADOS

4. APÊNDICE 4 - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGENS E DECLARAÇÕES

LISTA DE ANEXO

1. ANEXO 1 - PROJETO CASA DAS JUVENTUDES

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
O problema, sua origem e importância	16
A recepção como itinerário Teórico-Metodológico	29
O processo de investigação	32
CAPÍTULO I – Políticas Públicas, Juventude, Capital Humano e Capital Social	35
CAPÍTULO II – A proposta da Casa das Juventudes	47
2.1 .A experiência da Casa das Juventudes de Lagoa de Itaenga	54
CAPÍTULO III – O cenário da pesquisa e a população de estudo	58
3.1. Breve contextualização do lócus da pesquisa: o município de Lagoa de Itaenga	58
3.2. Como se faz para chegar à Lagoa de Itaenga? Diário de campo do pesquisador	58
3.3. A juventude de Lagoa de Itaenga	64
3.4. Perfil dos jovens entrevistados	67
3.5. Cotidiano doméstico	68
3.6. O trabalho e as atividades produtivas	69
CAPÍTULO IV – As apropriações da proposta da Casa das Juventudes pelos jovens participantes do Programa	70
4.1. Capital humano e capital social como gerador de Confiança	70
4.2. Capital humano e capital social como instrumento de Cooperação	75

4.3. Capital humano e capital social como instrumento incentivador de Grupos e Redes	76
4.4. Casa das Juventudes e Desenvolvimento Local	79
CONCLUSÃO	84
REFERÊNCIAS	88
APÊNDICES	94
ANEXO	102

INTRODUÇÃO

O problema, sua origem e importância

O objetivo principal deste estudo é analisar a recepção da proposta governamental Casa das Juventudes pelos jovens do município de Lagoa de Itaenga, microrregião da Mata Setentrional de Pernambuco. Especificamente o que se quer compreender é até que ponto o trabalho promovido pelo Programa Casa das Juventudes contribui para o desenvolvimento do capital humano e do capital social desses jovens de contexto popular.

O Programa Casa das Juventude, hoje constituído por política pública, surgiu no ano de 2007 com bases fincadas no Serviço de Tecnologia Alternativa – Serta, ONG que trabalha com formação de jovens e educação do campo. No ano de 2010, a proposta passa a ser iniciativa do Governo do Estado de Pernambuco, em parceria com os municípios, amparado em novo paradigma na instituição de Políticas Públicas de Juventude, propulsionada por um conceito que apresenta o jovem como um agente estratégico de desenvolvimento e sujeito de direitos. Ou seja, como protagonista de sua própria história e, conseqüentemente, como agente transformador da comunidade em que está inserido.

A Casa das Juventudes tem como objetivo apoiar os coletivos e movimentos juvenis fomentando o desenvolvimento da autonomia, participação, democratização das tecnologias de informação e da comunicação, além da formação política e cidadã dos jovens. Sendo assim, o Programa Casa das Juventudes, tem em sua caracterização, ações voltadas para o fortalecimento do capital humano e social dos jovens, que, de alguma forma, estão envolvidos com o Programa.

Na contemporaneidade fala-se muito em políticas públicas, mas poucas delas chegam ao acesso de todos no Brasil. Em especial, quando tratamos das juventudes, população com acesso insuficiente às ações de políticas públicas que garantam direitos a estruturas básicas de qualidade de vida, como o acesso à educação, saúde, entretenimento, lazer, qualificação profissional e geração de emprego e renda.

O foco é voltado à análise de uma política pública estadual, e no esforço de compreender aspectos relacionados a esse campo, Teixeira (2002) vai dizer que políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras

e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

Bucci (1996) explica que políticas públicas são as decisões de governo que influenciam a vida de um conjunto de cidadãos. São os atos que o governo faz ou deixa de fazer e os efeitos que tais ações ou inações provocam na sociedade. O processo de políticas públicas numa sociedade democrática é extremamente dinâmico e conta com a participação de diversos atores em vários níveis. O autor afirma ainda que o desejável é que todos os afetados e envolvidos em política pública participem o máximo possível de todas as fases desse processo: identificação do problema, formação da agenda, formulação de políticas alternativas, seleção de uma dessas alternativas, legitimação da política escolhida, implementação dessa política e avaliação de seus resultados (BUCCI, 1996).

Na década de 1990, com o fortalecimento do neoliberalismo, os pré-requisitos para adentrar ao mundo globalizado modificaram-se e os gestores públicos mobilizaram suas políticas públicas para a privatização, flexibilização das leis trabalhistas, valorização do capital especulativo, estabilidade monetária, contenção do orçamento, concessões fiscais aos detentores do capital e o abandono do ideal do pleno emprego (ANDERSON, 1995).

Neste cenário, os governantes organizam as políticas públicas a fim de atender aos interesses do capital financeiro, a alocação de recursos para atender às demandas da sociedade civil fica gravemente prejudicada e restringida. O reflexo direto desta escolha é a queda da qualidade dos serviços públicos, que passam a prestar um atendimento insuficiente e de má qualidade, não sendo capaz de dar conta das necessidades e anseios da parcela da população que os procura.

A persistência deste quadro afeta de forma mais grave às populações de baixa renda, que não possuem recursos para procurar instituições privadas que supram à rarefação pública: educação, saúde, lazer, habitação, renda, condições de salubridade, o acesso a estes bens público é cercado, e até mesmo negado, a um grande contingente de cidadãos que assistem à dramática redução de suas oportunidades de ascensão social, sendo obrigados a viver em condições indignas.

Assim, com a pretensão de transformação da sociedade, alguns governantes perceberam que o Estado poderia adotar uma política de descentralização incluindo

estratégias de democratização, apoiada nos valores de equidade e controle social. Isso sinaliza a redistribuição de poder entre Estado e Sociedade, por meio de planejamento e ações governamentais, levando o processo decisório das políticas sociais para o âmbito do município (JUNQUEIRA, 1998).

No Brasil, a partir do século XX, com o advento do Estado Novo, instaurou-se um Estado paternalista, provedor único do bem estar social. Essa configuração fez com que houvesse uma diminuição do envolvimento da sociedade civil com os problemas sociais, resultado de um regime no qual o chefe do Estado brasileiro era considerado o único responsável por suprir todas as suas carências e curar as suas mazelas. Segundo Lopes (1999) foi desse período que herdamos a ideia de que “público” significava “estatal”, onde não havia responsabilidade e compromisso com os recursos e, que, a função do governo era de realizar atividades de caráter assistencialista e imediatista.

Para Lopes (1999) os programas de cunho assistencialistas se apresentam como mecanismos de dependência estabelecidos pelo Estado de forma a manter na sociedade um sentimento de conformismo, onde os serviços públicos são meramente confundidos com favores e moeda de troca pelo voto. As ações eleitorais estimulam a prática do paternalismo, como uma estratégia de sucesso político-eleitoral, satisfazendo as necessidades imediatas da população.

Para Vianna (1998), todavia a lógica assistencialista, autoritária, paternalista, centralizadora e compensatória de Estado não foi eficiente para resolver os problemas da sociedade, repercutindo em uma série de crises as quais desencadearam em um novo posicionamento governamental com parcerias entre o Estado e a sociedade.

Tauk Santos (2003) explica que a mudança na conduta política por parte do Estado, eliminando as práticas paternalistas e, não raro, populistas, representa uma das condições para edificar uma proposta de desenvolvimento local. Tal mudança tem se revelado num dos desafios a serem enfrentados pelos gestores públicos. A questão é que, historicamente, o Estado negava à maioria da população o direito em exercer a plenitude da cidadania, submetendo-as a uma situação de contingência, econômica, social e de condições precárias de vida.

Thornton (2006) apud Tauk Santos (2000) resume em três estágios a evolução do papel das políticas públicas do Estado no desenvolvimento tomado por base alguns países da América Latina, incluindo o Brasil:

O primeiro estágio seria do Estado do bem estar, desenvolvimentista, de compromisso, cujo papel é empresário, empregador e planejador. Nesse estágio o papel da comunicação é introduzir o desenvolvimento via modernização dos contextos rurais. O segundo estágio corresponde ao Estado Neoliberal, mínimo cujas funções é ser privatizador, desregulador, descentralizador. Nesse modelo, o sistema estatal de comunicação para o desenvolvimento rural é desarticulado. No terceiro e último estágio, conhecido por Estado posneoliberal, é o que corresponde ao estágio atual. Suas características são de um estado regulador, solidário e estratégico. A comunicação nesse sentido volta-se à gestão do desenvolvimento local sustentável (THORNTON, 2006 apud TAUK SANTOS, 2000, p.1).

É nesse sentido que o estudo proposto se enquadra no terceiro estágio, pois o esforço do Programa da Casa das Juventudes adota a seguinte metodologia: o trabalho é feito com a população e não só para a população, e isso se engaja na evolução do papel das políticas públicas. A Casa das Juventudes entende que mais do que formar em um curso profissionalizante, é preciso formar para a vida, fazer jovens multiplicadores de conhecimentos na localidade em que atuam, contribuindo assim, com o capital humano e social dos jovens do município.

Os estudos a respeito do capital social emergiram nos últimos anos, na tentativa de relacionar fenômenos sociais com aspectos econômicos. Neste sentido tem se intensificado os estudos que procuram relacionar aspectos econômicos aos aspectos sociais. As primeiras noções de Capital Social na atualidade provem do sociólogo Pierre Bourdieu, que o definiu como sendo “el conjunto de lós recursos actuales o potenciales vinculados a la posesión de uma red duradera de relaciones más o menos institucionalizado de interconocimiento e interreconocimiento” (BOURDIEU, 2001, p. 83)¹.

Para o autor, estes vínculos não podem se reduzir a relações objetivas de proximidade no espaço físico ou no espaço econômico e social, porque se baseiam em trocas que não podem ser separadas do ponto de vista material ou simbólico, e cuja formação e perpetuação supõe o reconhecimento desta proximidade.

Para ele, o volume do capital social, que possui um determinado agente social, depende da extensão da rede de vínculos que este pode efetivamente mobilizar, assim como o volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) que cada um daqueles, como quem está vinculado, possui em sua propriedade. Portanto, para Bourdieu (1986), o capital social está associado às demais formas de capital, que nunca são totalmente

¹ “Conjunto de recursos atuais e potenciais vinculados à posse de uma rede duradoura de relações mais ou menos institucionalizadas de mutuo conhecimento e reconhecimento.”

independentes. Os benefícios proporcionados por se pertencer a um determinado grupo têm por base a solidariedade que o grupo irá lhe possibilitar. Isso não se dá, necessariamente, de maneira consciente ou proposital. Os benefícios gerados pela concentração de capital social podem ser dados de forma material, através de serviços ou de formas simbólicas, como a participação em um grupo de prestígio.

A formação do capital social se dá através da troca, pois transforma as coisas trocadas em sinais de gratidão, e é através da gratidão mútua e do conhecimento de pertencimento, que se forma um grupo, fornecendo a eles os seus limites. Bourdieu (1986) destaca o papel a ser exercido por cada membro do grupo, “pois este deve ser guardião dos seus limites, pois a cada novo ingresso, o grupo poderá modificar os seus limites de trocas, mediante qualquer desentendimento” (BOURDIEU, 1986, *apud* DOZSA, 2007, p.11)

Para ele, a reprodução do capital social pressupõe um esforço incessante de sociabilidade, uma série contínua de permuta nas quais o reconhecimento é constantemente afirmado e reafirmado. Ele explica ainda que todo grupo tem suas formas mais ou menos institucionalizadas de delegação, o que proporciona a concentração da totalidade do capital social nas mãos de um único agente ou de um pequeno grupo de agentes. O que dá a esses o poder para representar o grupo, para falar e agir em seu nome e assim, com a ajuda de um capital de propriedade coletiva, exercitar a força da delegação.

No cenário do capital humano Jara (2001) ressalta que o conhecimento é considerado um fator gerador de sustentabilidade quando administrado por indivíduos capacitados que o apliquem a um determinado contexto, em forma de decisões inteligentes e vinculando atores e agentes estimulados por sentimento de respeito e solidariedade.

Jara (2001) explica que assim, uma pessoa, por exemplo, que recebe investimento em forma de educação, e se empenha em progredir, desenvolvendo mais habilidades e capacidades, passa a ser um agente importante para replicar o conhecimento adquirido para outras pessoas. Essas, por sua vez, irão transmitir para outros indivíduos, contribuindo assim para o crescimento do capital humano e estimulando os vínculos dentro de um território, proporcionando às futuras gerações mais facilidade de acesso ao capital humano.

É neste contexto que realizamos a aproximação do nosso objeto de estudo com os estudos do capital humano e do capital social. A Casa das Juventudes como o próprio

nome já diz, é um ambiente onde o aprendizado e a partilha de saberes consolida o espaço destinado à formação mútua, educativa e cidadã destes jovens. Com os objetivos articulados ao conceito do capital humano, a Proposta da Casa das Juventudes trabalha com a seguinte metodologia: o jovem formador de outros jovens.

A obtenção do capital humano é possível a partir das atuações de reciprocidade, respeito, tolerância e ajuda mútuas entre os indivíduos, Jara (2001). Isso o relaciona diretamente ao capital social, uma vez que segundo Jara (2001), pessoas capacitadas, empenhadas e trabalhando conjuntamente em torno de um objetivo comum tendem a encontrar soluções capazes de gerar benefício mútuo. Capital social se refere “à qualidade dos relacionamentos sociais e também aos impactos produzidos por esses relacionamentos na vida social e política de uma determinada sociedade.” (JARA, 2001, p.106).

Coleman (2001) está mais voltado a estudar a influência do capital social na formação do capital humano, mais especificamente na formação de jovens de escolas públicas. Porém da mesma forma que Putnam (2001), como poderá ser visto mais adiante, lança mão de indicadores quantitativos e análises estatísticas para explicar essa influência.

Para o autor, o capital social pode ser encontrado em três formas:

Obrigações, expectativas e confiança nas estruturas; canais de informação; e normas e sanções. As obrigações, expectativas e confiança nas estruturas – são formas de capital social que dependem de dois elementos: a) confiança do entorno social; b) o alcance real das obrigações contraídas. Canais de informação: refere-se ao potencial de informação inerente a sociais; e as Normas e sanções: diz respeito a normas efetivas, normas que proporcionam e atribuem recompensas e normas interiorizadas dentro de uma comunidade (COLEMAN, 2001, p.79).

Coleman (2001) afirma ainda que todas as relações e estruturas sociais facilitam determinadas formas de capital social, e que os atores sociais estabelecem relações de forma intencional e as mantêm na medida em que essas relações continuam a gerar benefício. O autor destaca alguns tipos de estrutura que são importantes por sua capacidade em produzir de alguma forma Capital Social: o “cierre” das organizações sociais, que é uma propriedade das redes sociais, que dependem as normas efetivas. O “cierre” é formado como consequência de relações multidirecionais, onde os agentes estão vinculados através de mais de um contexto (como vizinho, colega de trabalho,

como pai, como membro de associações, etc.); este tipo de relação permite que um indivíduo se aproprie do recurso de uma relação para utilizar em outra.

Sendo assim, quanto maior for o número de relações estabelecidas pelo indivíduo, maior será seu capital social; organizações sociais apropriáveis: que nada mais é do que o aproveitamento de uma determinada estrutura ou organização para a consecução de um objetivo que não estava previsto na sua concepção original.

Organizações sociais apropriáveis são organizações voluntárias constituídas para um determinado fim, que estavam na intenção de seus fundadores e após um determinado período, atingido ou não o objetivo para o qual se haviam proposto, a organização se mantém como uma forma de capital social e passa a executar outra finalidade.

“Una organización que se crea para un propósito puede ser apropiada para otros propósitos y constituir importante capital social para SUS miembros, que tienen a su disposición eficaz.” (COLEMAN, 2001, p.65).

O autor desenvolve a ideia do Capital Social como bem público, que nada mais é do que a ideia de que o capital social produzido não beneficiará tão somente a pessoa que o produziu, mas todas as pessoas que fazem da estrutura social a qual se pertence. Portanto, “El actor o los actores que generan capital social normalmente solo obtienen una pequeña parte de SUS beneficios, un hecho que desincentiva la inversión em capital social” (COLEMAN, 2001, p. 79).

O conceito de Capital Social para Putnam (2001) se deu através de uma analogia com os conceitos de capital físico e capital humano, o Capital Social se “refiere a características de la organización social, como por ejemplo redes, normas y confianza, que facilitan la cooperación y la coordinación em beneficio mutuo.” (PUTNAM, 2001, p.90).

Putnam (2001) estabelece umnexo entre capital social e desenvolvimento a partir da análise dos processos vivenciados no norte e no sul da Itália. Ao tentar buscar a explicação para as causas do desenvolvimento diferente que conheceram as duas regiões, em um mesmo país, a resposta encontrada pelo autor está ligada às fortes tradições de compromisso cívico – participação eleitoral, leitura de periódicos, participação em coros e círculos literários, e clubes – características encontradas na região sul da Itália, a mais exitosa, que possui muitas organizações comunitárias ativas, não paternalistas, comprometidas com o interesse público. Além disso, o autor identificou a existência de confiança entre os cidadãos, obediência às leis, além dos

líderes serem relativamente honestos e comprometidos com a igualdade “estas comunidades cívicas valoran la solidaridad, la participación cívica y la integridad. Y aquí la democracia funciona”. (PUTNAM, 2001, p92).

Para Putnam (2001) o capital social contribui para o bom governo e para o progresso econômico através das redes de compromisso cívico, do fortalecimento de normas de reciprocidade generalizada, facilitam a comunicação e ampliam a informação para os dignos de confiança, e por fim, incorporam experiências de colaboração exitosas do passado, que podem servir de modelo cultural para colaborações futuras. Dessa maneira o acúmulo de capital social se dá através da confiança, das normas e das redes, que tendem a se autorreforçar, e a ter reservas, na medida em que as relações exitosas criam conexões e relações de confiança.

Uma das principais características do capital social é a sua tendência de crescer e de acumular-se conforme for sendo usado. Diferente do que ocorre com outras formas de capital, como o físico, tende a acabar se não for utilizado.

Putnam fala ainda que já que se reconhece a importância do capital social “deberíamos ser capaces de diseñar programas que combinen creativamente la elección individual com o compromisso colectivo”, e afirma que se queremos construir sistemas políticos mais comprometidos com os cidadãos, especialmente para aqueles que necessitam manter relações com as instâncias de poder, devemos alimentar organizações de base. (PUTNAM, 2001, p.100-1.).

Portanto, devemos centrar-nos no desenvolvimento comunitário, deixando espaço para a formação de organizações religiosas de órfãos, que parecem ter pouco a ver com política ou com economia. Pois, “capital social não é o substituto de uma política pública inteligente pode favorecer a formação do capital social, e o capital social aumenta a efetividade da ação de governo” (PUTNAM, 2001, p.102).

Heloiza Matos (2009, p.39) com base nas características de Woolcock e Narayan (2007) define quatro abordagens na relação entre o capital social e o desenvolvimento social e econômico: “a comunitária, a das redes, a institucional e a sinérgica”.

Para Matos (2009) a abordagem comunitária identifica o capital social com organizações como clubes, associações, grupos de trabalho. A quantidade e o pertencimento a esses grupos teriam um efeito positivo para a comunidade, com a inclusão e benefício de muitos de seus membros, embora a solidariedade social e a densidade dos grupos não possam ser apontados como garantias de prosperidade para uma comunidade.

A perspectiva das redes postula que o capital social pode se apresentar através de características de laços fortes e fracos, horizontais e verticais, abertos e fechados, o capital social, portanto, poderia se apresentar como uma faca de dois gumes: da mesma forma que pode oferecer aos membros de uma comunidade serviços como o cuidado com as crianças, recomendações para obtenção de trabalho, ajuda para resolução de problemas, etc, é capaz de também gerar obrigações, compromissos e fidelidade cega aos líderes (Matos, 2009).

O viés institucional defende que a capacidade de mobilização dos grupos de uma sociedade depende da transparência e da responsabilidade dessas entidades perante a sociedade civil; assim a corrupção, a desigualdade social, a falta de liberdades cívicas, incapacidade de proteger o direito à propriedade são obstáculos para o desenvolvimento do capital social (Matos, 2009).

Aproximamos a experiência da Casa das Juventudes ao conceito de capital humano tratado por Franco (2002), pois o autor se refere à capacidade que os indivíduos têm de fazer coisas novas, exercitando a imaginação, o desejo, o sonho e a visão e se mobilizando para desenvolver atitudes e adquirir conhecimentos capazes de permitir a materialização desse desejo, desse sonho e dessa visão.

É nesse sentido que para análise do capital social, definimos como base as seguintes categorias: confiança, cooperação e grupos e redes. Estas categorias nos auxiliam na prospecção de uma dimensão conflituosa, com diversas abordagens teóricas do capital social.

Quando a questão se volta para a juventude brasileira, o autor Abramo (1994), explica que uma análise recorrente enfatiza o problema da migração do campo para a cidade e o desinteresse dos jovens pelo meio rural, e, em especial, pela agricultura, pois suscitar a discussão acerca da juventude rural é trazer à tona, inicialmente, o que é ser jovem no Brasil de hoje, trazendo o debate para um olhar mais amplo e conceitual sobre o tema.

Por se tratar de um estudo feito a partir da ótica de jovens, Abramo, (1994), afirma ter crescido a atenção dirigida aos jovens nos últimos anos no Brasil, tanto por parte da “opinião pública” (notadamente os meios de comunicação de massa) como da academia, assim como por parte de atores políticos e de instituições, governamentais e não governamentais, que prestam serviços sociais. Para Abramo (2008, p.79) “os jovens entraram na pauta social e política do país”, pois o que não integrava as pautas de discussões agora é assunto recorrente, o que nos permite dizer que a invisibilidade dos

jovens é tida como ótica parcial no Brasil, ora se faz ausente, ora presente, frente às ações de participação e mobilização que os jovens enfrentam no cenário atual brasileiro.

Para Carneiro (2008) a invisibilidade da juventude brasileira ainda é uma realidade, pois os jovens rurais passam pela condição da ausência de organização da sociedade civil específica para o público jovem, tanto no campo como na cidade; e há grande distancia entre a identificação dos problemas em dimensões locais e nacionais, por parte da população jovem e o reconhecimento do seu papel como ator social na transformação da sociedade.

Maria José Carneiro afirma ainda que “a invisibilidade maior reside no que se refere à juventude rural, pois há necessidade de ampliar seus espaços de inclusão social, tanto em relação ao mercado de trabalho como às seus universos sociais de origem”. (CARNEIRO, 2008, p.260).

Ainda neste contexto Mota (2010) explicita que:

[...] parece que os jovens são vistos com decepção pelos adultos, o seu discurso não tem consciência perante a sociedade. A juventude só existe como problema, como um risco a própria permanência social. O seu discurso, as suas colocações, a produção dos seus saberes não é vista como autêntica, quando lhes é dada à palavra, é apenas simbolicamente, uma vez que a fala é controlada, selecionada, para conter o perigo que dela pode advir (MOTA, 2010, p.4).

Mota (2010) afirma que o fato dos adultos ignorarem a capacidade juvenil de reivindicar, argumentando que o jovem não atingiu o desenvolvimento emocional, econômico, físico e intelectual, o mesmo defende que isto pode ser corrompido, pois tal afirmação não encontra sustento, visto que “a inexperiência, antes de um elemento de inferiorização dos jovens, pode ser transformada em fator de superioridade, na medida em que for levada em conta a capacidade inovadora, traço distintivo da juventude e fundamental num mundo em constante transformação” (MOTA, 2010, p.5).

Segundo Castro (2009), pode-se constatar a recente visibilidade do tema da juventude rural nas pesquisas acadêmicas, embora durante muito tempo os jovens rurais estiveram “invisíveis” nas pesquisas acadêmicas brasileiras. Ainda segundo Castro (2009) um levantamento bibliográfico² identificou, até o ano de 2007, 197 obras

² Este levantamento faz parte do artigo escrito por Elisa Guaraná de Castro, Maíra Martins e Salomé Lima Ferreira de Almeida com a colaboração de Maria Emilia Barrios Rodrigues e Joyce Gomes de Carvalho. A equipe de pesquisa desenvolveu o “Banco de Dados Referências Bibliográficas sobre Juventude Rural” com o intuito de catalogar a bibliografia pesquisada sobre o tema da juventude rural brasileira. O Banco de Dados corresponde a realidade da juventude rural, para ser utilizado por pesquisadores, pelos

relativas ao tema. Do total dessa produção existem 93 referências bibliográficas (47, 21%) dentre artigos, capítulos de livros, relatórios de pesquisas e resumos em anais; 89 referências (44,18%) para teses, dissertações e monografias; e 15 livros publicados. Porém, há expressivo número de artigos (73 obras) e dissertações de mestrados (71), em relação ao reduzido número de teses de doutorado (16) e outros tipos de produção acadêmica. Entre os anos de 1960 até 1999, é pouco expressiva a produção acadêmica sobre os jovens rurais, corresponde a um total de apenas 19 referências, o que equivale a menos de uma obra por ano. Castro (2009, p. 2-3) explica que:

A partir de 2000 identificamos o rápido crescimento da produção bibliográfica, que atinge uma média de aproximadamente 22 trabalhos por ano, com concentração no ano 2006 (40 trabalhos) responsável por 20,30% do total da produção. O reduzido número de livros e teses de doutorado expressa que existem poucas pesquisas de longa duração e maior profundidade sobre o tema no Brasil, contudo, o considerável número de dissertações de mestrado e artigos sobre juventude rural sugere o movimento de consolidação de um campo de pesquisa, sobretudo a partir de 2000, tendência que já havia sido sinalizada por Weisheimer (2005) e que se confirma a partir dos dados referentes ao ano de 2006.

Sposito *apud* Carneiro e Castro (2007) fala de que no passado ocorreu sim, uma invisibilidade acadêmica nas Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia), não só do ponto de vista dos estudos de juventude rural, mas dos estudos de juventude como um todo:

Em relação à Universidade, a pesquisa sobre juventude também é uma área emergente em fase de consolidação [...], quando realizamos o levantamento da produção acadêmica 1980 a 1998 – 18 anos de vida acadêmica na Pós-Graduação por meio de análise das dissertações e teses na área de Educação – percebemos que do total apenas 4% eram estudos sobre juventude. Isso significa que a cada 100 trabalhos, só quatro tratavam dos jovens (SPOSITO *apud* CARNEIRO e CASTRO, 2007, p. 124).

Com tudo isso, o que é perceptível, é a pouca literatura existente sobre juventude rural. Essa invisibilidade é uma das grandes facetas da exclusão social sofrida pelos jovens do campo.

Não indiferente a essa realidade, a juventude do município de Lagoa de Itaenga também enfrenta os problemas da invisibilidade que expõe Carneiro (2008). Os jovens vivem consequências da desigualdade, esse fenômeno ocorre em diversos países e é desencadeado, principalmente, entre outros motivos, pela má distribuição de renda em uma população, onde se concentra a maioria dos recursos nas mãos de uma minoria abastada da sociedade e, conseqüentemente, o melhor e maior acesso a subsídios econômicos, educacionais, de saúde e segurança, etc.

De acordo com Veiga (2002) o município de Lagoa de Itaenga se caracteriza em um município rural, pois segundo o autor propõe, a partir de critérios como a localização, o tamanho da população e a densidade demográfica, os municípios com menos de 50 mil habitantes e com menos de 80 mil habitantes fossem considerados municípios de pequeno porte.

São relativamente recentes as investigações sobre a juventude rural: isto impacta, por exemplo, na variedade de conceitos sobre o perfil do jovem. Neste estudo, adotamos a definição da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) que compreende juventude rural, por um perfil territorial e geracional entre os 15 e 29 anos. (ABRAMOVAY, 1998, p.37).

Dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), de 2008, apontam para grandes brechas de desigualdades de oportunidades entre jovens urbanos e rurais: 29,5% dos jovens pobres vivem em áreas rurais; o nível de escolaridade dos jovens rurais é 50% inferior aos urbanos; o índice de analfabetismo é de 9% para aqueles que vivem no campo e de 2% para os residentes em áreas urbanas.

“Campo” e “Cidade” ainda que pareça cada vez mais difícil distinguirmos a fronteira entre essas duas realidades, existe uma distância que as demarca: as diferenças de acesso a bens e serviços. A reprodução da hierarquia rural/urbano sob construções estigmatizantes – onde morar no campo é desvalorizado culturalmente – é reforçado também no que tange as reais condições de vida (CASTRO, 2008, p.27)

Entretanto, Carneiro (2007) explica que apesar de nos últimos anos o governo incentivar gradativamente a necessidade da efetivação de políticas eficientes para as juventudes, os resultados ainda são incipientes. E quando se trata da juventude do campo, multiplica-se o grau de dificuldade, principalmente por ser do campo. Desta forma, multiplica-se o sistema opressor de desvalorização do ser humano, ocasionando na baixa autoestima dos jovens do campo.

Pensar em políticas públicas que reduzam o abismo entre as condições de vida dos diferentes jovens exige que sejam traçadas estratégias para jovens, estratégias com jovens e estratégia de jovem. Essa diversidade de perspectivas precisa ser analisada como substancial para o desenvolvimento de ações voltadas para juventude.

É nesse sentido que o presente estudo volta-se à análise das apropriações que fazem os jovens do Programa Casa das Juventudes no sentido da formação do capital humano e capital social desses jovens.

Estudos desenvolvidos pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local/POSMEX da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, alicerçados na linha de pesquisa – Políticas e Estratégias de Comunicação para o Desenvolvimento Local – voltam-se à temática do capital humano e do capital social, também na perspectiva da juventude.

Em 2007, o pesquisador Denys Dozsa, desenvolveu o trabalho “EXTENSÃO RURAL, DESENVOLVIMENTO LOCAL E CAPITAL SOCIAL: a recepção da proposta da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFPR pelos cooperados da Cooperativa de Produtores Rurais e Artesãos de Mandirituba – COOPERMANDI – PR”. O presente trabalho trata de um estudo de recepção, que busca compreender como os cooperados da Cooperativa COOPERMANDI se apropriam da proposta da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná – ITCP – UFPR. Mais especificamente, buscou-se compreender como estes cooperados se apropriam da proposta ITCP-UFPR, enquanto uma proposta de Extensão Rural voltada para formação do incremento do capital social daquela população.

Em 2010, o estudo da pesquisadora Ivanice Lima, intitulado por: “RÁDIO COMUNITÁRIA, GÊNERO E CAPITAL SOCIAL: a experiência da Alternativa FM, emissora da Associação das Mulheres de Nazaré da Mata – Amunan” foi defendido nas instalações da Universidade Federal Rural de Pernambuco. O objetivo geral do estudo está em analisar as apropriações da Rádio Comunitária Alternativa FM pelas mulheres envolvidas nas ações da organização não governamental – AMUNAN. Especificamente, buscou compreender até que ponto o trabalho na produção de uma rádio comunitária contribui para o desenvolvimento do capital humano e do capital social dessas mulheres.

Já em 2013, com o título “CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: o processo de criação da Reserva Extrativista de Rio Formoso, Pernambuco”, o

pesquisador Fabiano Pimentel, defendeu seu estudo com o objetivo de analisar a política pública ambiental de criação da Reserva Extrativista, na perspectiva do desenvolvimento local. Especificamente, o estudo buscou analisar o capital social dos pescadores da Colônia Z-7 no processo de criação da Resex de Rio Formoso, Pernambuco.

Tais pesquisas demonstram a preocupação do Programa com estudos que desenvolvam reflexões em culturas populares, área essa tão contingenciada da sociedade. É nesse sentido que a presente pesquisa se volta à análise das apropriações que os jovens do município de Lagoa de Itaenga fazem da proposta Casa das Juventudes a partir das seguintes perguntas de pesquisa:

- 1) Quais são as apropriações que os jovens fazem da Proposta do Programa Casa das Juventudes?
- 2) Até que ponto a proposta da Casa das Juventudes contribui para a formação do capital humano e capital social dos jovens envolvidos?
- 3) Até que ponto a experiência do Programa contribui para a construção do desenvolvimento local na comunidade?

A recepção como itinerário teórico-metodológico

A fundamentação teórica da presente pesquisa está focada nos estudos de recepção a partir da perspectiva dos estudos culturais latino-americanos. A teoria dos estudos de recepção surgiu em meados da década de 1980, na América Latina, a partir das investigações de estudiosos como: Martín-Barbero, Canclini e Orozco. Na contemporaneidade, os estudos de comunicação privilegiam a recepção como o lugar onde as mensagens adquirem sentido (ESCOSTEGUY, 2010).

Numa perspectiva geral, estes pesquisadores concentram suas preocupações na análise no receptor, considerando que este sujeito não adquire uma postura passiva frente à transmissão de informação. Assim, um dos pontos centrais dos estudos de recepção está no caráter ativo que se atribui ao receptor, onde este interage com os meios de comunicação, dando-lhe significado a partir da sua cultura.

Em estudos iniciais, as investigações sobre os estudos de recepção, na América Latina, a partir de Barbero (1996), estavam baseadas na mídia televisiva, na qual esta

era pensada como uma instituição social e agente mediador entre a sociedade e o receptor, a qual produz agregação e integração sociocultural, dando às pessoas a sensação de fazerem parte de uma coletividade. Nesse enfoque, a problemática da comunicação foi redirecionada para a cultura, considerando que o receptor também é um produtor de sentidos e que a partir dos seus saberes, determina o espaço de consumo, articulado com o seu cotidiano (BARBERO, 1996).

Como destaca Tauk-Santos: “a pesquisa de recepção não se limita a processos diretamente ligados às mídias. A recepção é entendida como um processo em que existe um contrato de comunicação proposto por organizações governamentais, não governamentais ou a mídia e uma determinada população”(TAUK SANTOS, 2006,p. 110).

Com os estudos de recepção, a comunicação assume o sentido de práticas sociais onde o receptor é considerado um produtor de sentidos e o cotidiano o espaço primordial de investigação. Nesse sentido, as pesquisas iniciais, sobre os estudos de recepção, estavam baseadas, especialmente, na audiência televisiva. Portanto, diferenciando-se do modelo funcionalista e reprodutivista de cultura. Dessa forma, o autor percebe a comunicação como um processo que envolve diversas variáveis entre elas: a cultura, a história, a ideologia, o poder hegemônico, que possam considerar as pessoas de contexto popular em um processo de dominação nas quais estão submetidas na América Latina. Para isso, o autor resgata o processo de iniciativa que esta população possui, a sua criatividade, os desejos, rompendo com o racionalismo da cultura hegemônica. Martín-Barbero vai dizer ainda que:

O importante é não perder de vista o caráter histórico e estrutural dos processos, onde as mensagens é unicamente legível a partir destes e que tanto essa dimensão como a trama mercantil dos “meios” têm que ser vistas sempre articuladas às condições de produção de uma existência dominada (BARBERO, 1978, p.48).

Ainda é preciso ressaltar que durante anos o modelo de comunicação estava baseado em uma tradição funcionalista, behaviorista, considerando o receptor de forma isolada, sem levar em consideração o seu conhecimento, os seus saberes, a sua experiência de vida. É nesse sentido, que se dá a grande re (descoberta), por Martín-Barbero, da postura do receptor como um componente importante no processo de comunicação, porque é na recepção que se dá a interação entre emissor e receptor, onde o processo de comunicação toma sentido (ESCOSTEGUY, 2001).

Segundo Martín-Barbero (1995, p.55) “não podemos estudar o receptor de forma isolada, sem levar em conta o conhecimento, os saberes dos produtores. São eles os que mais sabem sobre o processo de recepção e sobre o próprio receptor”.

Nessa direção, a existência concreta do sujeito passa a ser considerada pelos estudiosos da comunicação e da cultura, como um caminho aberto para a compreensão dos indivíduos em seus meios, espaços, histórias e cotidianos. No entanto, é importante perceber que a origem do receptor é uma variável relevante no contexto das práticas culturais e comunicativas. Isto porque, a comunicação, é um fenômeno indissociado da cultura.

Na sociedade contemporânea, as culturas populares relacionam-se e reconvertem-se a partir de diversos usos sociais, inclusive, da cultura massiva. Portanto, para estudar as culturas populares, de acordo com Canclini, seria necessária uma metodologia transdisciplinar, mais que interdisciplinar: uma metodologia que considere articulações não-reducionistas a métodos de indução ou dedução. O caminho para a construção de uma resposta estaria nas contradições sociais, pois a partir delas as culturas populares se recriam, se transformam (CANCLINI, 1983; 1987; 2008).

Ora, o popular se faz em espaços muito diversos: é o tradicional, é o artesanato, é a cultura oral, são os saberes do homem e da mulher do campo e também do homem e da mulher da periferia (muitas vezes, os subúrbios e as favelas foram formadas, alias, por esses migrantes da zona rural), é o exótico no olhar de quem vem de fora, é a cultura do povo, é a comunicação de massa ressignificada em contextos populares. Não existe uma fórmula pronta para o “popular”, daí sua complexidade ser expressa no plural: “culturas populares” para dar conta dessa polissemia, de uma construção que é “mais um campo de trabalho que um objeto de estudo cientificamente delimitado” (CANCLINI, 1987).

Para Canclini, (1995), como se percebe na citação a seguir:

A cultura popular apenas pode ser caracterizada através da relação que mantém com as culturas que a ela se opõem. O caráter popular deve se manter com base no seu uso e não com base na sua origem como fato e não como essência, como relacional e não como substância (CANCLINI, 1995, p.47).

Com este pensamento, o autor compactua com o argumento de que o significado da comunicação encontra-se nas práticas cotidianas da sociedade. E não apenas nos usos e significados que as culturas populares fornecem aos elementos. Canclini entende que as culturas populares existem porque há uma reprodução desigual na sociedade que gera:

a) Uma apropriação desigual de los bienes econômicos y culturales por parte de diferentes clases y grupos en la producción y em consumo; b) uma elaboração propia de SUS condiciones de vida y uma satisfacción específica de sus necesidades em los sectores excluidos de la participación plena en el producto social; c) uma interacción conflictiva entre las clases populares con las hegemônicas por la apropiación de los bienes (CANCLINI, 1995, p.49-48)

Para Canclini, as especificidades das culturas populares se originam no fato de que “o povo produz no trabalho e na vida formas específicas de representação, reprodução e reelaboração simbólica das suas relações sociais” (CANCLINI, 1983, p.103). Para o autor: “Se queremos alcançar uma visão ampla do popular, é preciso situá-lo, nas condições industriais de produção, circulação e consumo” (CANCLINI, 1983, p.104).

É nesse sentido que o presente estudo volta-se à análise das apropriações que os jovens fazem do Programa Casa das Juventudes e à repercussão na formação do capital humano e capital social desses jovens.

O processo de investigação

O itinerário metodológico realizado evidencia que se trata de um estudo de caso. Para Yin, (2001), um estudo de caso corresponde a:

Uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Em outras palavras, o método do estudo de caso poderá ser utilizado quando deliberadamente se queira lidar com condições contextuais – acreditando que elas poderiam ser altamente pertinentes ao fenômeno estudado (YIN, 2003, p. 32).

Segundo o autor, esta técnica beneficia o pesquisador no momento em que esteja realizando as suas análises, a partir dos dados coletados em campo. Além disso, o estudo de caso auxilia no registro das informações de um caso particular ou de vários casos, possibilitando a organização de um relatório ordenado e crítico de uma determinada experiência.

Nesse sentido, Lopes (1999) afirma que:

O estudo de caso é um dos métodos mais usados nas pesquisas de Comunicação, por permitir ao pesquisador o uso de um roteiro de entrevistas, observações etnográficas, que pode ser somado a uma pequena história de vida da população em estudo (LOPES, 1990, p. 130).

Com base nesses pressupostos, a técnica do estudo de caso favoreceu a observação direta dos diversos fenômenos que ocorrem entre os jovens, os educadores e a Casa das Juventudes, com maior profundidade.

A pesquisa utilizou técnicas combinadas de coleta de dados como a observação direta com o uso de diário de campo; análise documental dos documentos e leis da gestão atual que compõe a Secretaria de Juventude do Estado de Pernambuco e do Serviço de Tecnologia Alternativa – SERTA; uso de técnicas etnográficas de observação do cotidiano de vida e de trabalho dos jovens e as possíveis transformações ocorridas nesse processo.

Em relação às entrevistas semi-estruturadas, trabalhamos com dois roteiros de entrevista, sendo o primeiro voltado para os dirigentes da Casa das Juventudes, para melhor compreensão da proposta do Programa governamental; e o segundo voltado para os jovens participantes do Programa, a fim de saber as apropriações que fazem da proposta da Casa das Juventudes (ver apêndice 1).

O primeiro roteiro é composto por quatro blocos de entrevista, sendo o primeiro referente à identificação dos técnicos (coordenadores, educadores), o segundo relativo ao conhecimento da proposta da Casa das Juventudes, o terceiro sobre pertencimento e apropriação do Programa e o último, referente à avaliação que os técnicos fazem do Programa. Em cada um deles, trabalhamos as categorias definidas a partir da leitura do referencial teórico.

Já o segundo roteiro, esse voltado para os jovens que participam do Programa, buscou identificar o perfil desses jovens já no primeiro bloco; o segundo é relativo ao capital humano e social no Programa Casa das Juventudes; o terceiro bloco é referente ao capital humano e capital social, a partir do Programa Casa das Juventudes; e o último aborda a questão do desenvolvimento local.

Além disso, foi realizada análise documental das publicações referentes às propostas das Casas das Juventudes, assim como as informações retiradas da internet, no sentido de compor a proposta da Casa das Juventudes. Para a análise das apropriações da proposta do Programa Casa das Juventudes, foram construídas categorias a partir da teoria do capital humano e capital social, tais como: confiança, cooperação e grupos e redes. As respostas foram analisadas a partir das categorias formuladas a partir das teorias do capital humano e social.

A seleção da amostra foi intencional tomando-se por base os seguintes critérios: ser morador de Lagoa de Itaenga, ter idade entre 15 e 29 anos e estar vinculado ao Programa pelo menos quatro anos. A razão é o fato de querermos alcançar jovens que estivessem participando da política governamental desde o início da sua implantação.

Esse estudo está dividido em quatro capítulos para além da introdução, e das conclusões e referências. O capítulo 1: **Políticas Públicas, Juventude, Capital Humano e Capital Social**, apresentam-se os pressupostos teóricos do campo das políticas públicas, adentra no conceito de juventude e aborda em seguida os aspectos do capital humano e do capital social.

O capítulo 2: **A proposta da Casa das Juventudes** volta-se à Proposta da Casa das Juventudes, bem como a apresentação do que é o Programa Casa das Juventudes no âmbito estadual e do que vem a ser a Casa das Juventudes em Lagoa de Itaenga.

No capítulo 3: **O Cenário da Pesquisa e a População do Estudo** apresentamos e descrevemos os jovens e o ambiente em que vivem, localizado no município de Lagoa de Itaenga, Zona da Mata Norte de Pernambuco.

O capítulo 4: **As apropriações da proposta da Casa das Juventudes pelos jovens participantes do programa**, analisamos as apropriações que os jovens fazem da Proposta da Casa das Juventudes, sinalizando a contribuição que a Casa tem dado à formação do capital humano e do capital social desses jovens, assim como a contribuição à construção do desenvolvimento local da comunidade onde vivem.

CAPÍTULO I - POLÍTICAS PÚBLICAS, JUVENTUDE, CAPITAL HUMANO E CAPITAL SOCIAL

O conceito de políticas públicas vem sendo bastante empregado para definir as ações governamentais, principalmente de cunho social. No entanto, será que, quando falamos em políticas públicas, empregamo-lo de forma correta?

Souza (2006) afirma que as políticas públicas estão, em sua essência, ligadas fortemente ao Estado, que determina como os recursos serão utilizados para o benefício de seus cidadãos, de como o dinheiro, sob a forma de impostos, deve ser acumulado e investido e, no final desse processo, fazer a prestação das contas públicas.

Fernandes (2007) caracteriza as políticas públicas em suas duas dimensões, que são complementares. A primeira, como a atividade técnico-administrativa mais voltada para a parte prática; a segunda, direcionada para o processo decisório, político propriamente dito.

A partir disso, é possível compreender por Políticas Públicas, o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público.

É neste contexto que Fernandes (2007) explica que as políticas públicas devem atuar com o objetivo de reduzir a pobreza absoluta através de providências, no sentido de promover meio de vida seguros e permanentes que minimizem a exaustão de recursos naturais, a degradação ambiental, a destruição da cultura e a instabilidade social.

Na busca de compreender aspectos relacionados às políticas públicas, Teixeira (2002) afirma que as mesmas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos (TEIXEIRA, 2002).

Teixeira (2002) explica que as políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais.

Ainda na questão da legitimação Teixeira (2002) vai dizer:

Como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia (TEIXEIRA, 2002, p.1).

Segundo Teixeira (2002) elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente.

Nesse sentido, cabe distinguir políticas públicas de políticas governamentais. Nem sempre políticas governamentais são públicas, embora sejam estatais. Para serem públicas, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público. A presença cada vez mais ativa da sociedade civil nas questões de interesse geral torna a publicização fundamental (TEIXEIRA, 2002).

Para o autor as políticas públicas tratam de recursos públicos diretamente ou através de renúncia fiscal (isenções), ou de regular relações que envolvem interesses públicos. Elas se realizam num campo extremamente contraditório onde se entrecruzam interesses e visões de mundo conflitantes e onde os limites entre público e privado são de difícil demarcação. Daí a necessidade do debate público, da transparência, da sua elaboração em espaços públicos e não nos gabinetes governamentais.

Já para Ruas (1998), em face da variedade de teorias e conceitos sobre Políticas Públicas, enfocando, inicialmente, a diferenciação social das sociedades modernas, no que tange às ideias, valores, interesses e aspirações diferentes, existe a possibilidade de haver conflitos sociais. Desta feita, esse possível conflito, segundo Ruas (1998), é decorrente dessa diferenciação social, deveria ser mantido dentro de limites admissíveis. Para a resolução desses conflitos, por meio da coerção, utiliza-se a política. A política, no entendimento da pesquisadora, seria um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica de conflitos quanto a bens públicos. Já a política pública compreenderia o conjunto de decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores.

Dentro dessa perspectiva, pode-se inferir que a política pública envolveria mais do que uma decisão e requereria diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar decisões tomadas.

Nessa perspectiva Bucci (1996) vai dizer o seguinte:

Conclui-se, nesse sentido, que as políticas públicas representam os instrumentos de ação dos governos, numa clara substituição dos "governos por leis" pelos "governos por políticas". O fundamento mediato e fonte de justificação das políticas públicas é o Estado social, marcado pela obrigação de implemento dos direitos fundamentais positivos, aqueles que exigem uma prestação positiva do Poder Público (BUCCI, 1996, p. 135).

Em suma, para Bucci (1996), políticas públicas são as decisões de governo que influenciam a vida de um conjunto de cidadãos. São os atos que o governo faz ou deixa de fazer e os efeitos que tais ações ou inações provocam na sociedade. O processo de políticas públicas numa sociedade democrática é extremamente dinâmico e conta com a participação de diversos atores em vários níveis.

O autor vai além ao dizer que o desejável é que todos os afetados e envolvidos em política pública participem o máximo possível de todas as fases desse processo: identificação do problema, formação da agenda, formulação de políticas alternativas, seleção de uma dessas alternativas, legitimação da política escolhida, implementação dessa política e avaliação de seus resultados.

Ainda discorrendo sobre o assunto, o Estado de Pernambuco destaca-se no cenário nacional, pelo avançado processo de institucionalização das políticas públicas de Juventude. Em 2007, foi criada, de forma pioneira, a Secretaria Especial de Juventude e Emprego com objetivo de articular e fomentar as políticas de juventude em âmbito estadual. No mesmo ano, foi instituído por meio do Decreto nº 30.966/2007 o Comitê Intersetorial de Políticas Públicas de Juventude com o objetivo de subsidiar e de contribuir para a elaboração e o desenvolvimento do Plano Integral de Juventude do Estado (PLANO ESTADUAL, 2008).

Fruto da estruturação do Comitê, no mesmo ano, foi realizado grande processo de mobilização e escuta da juventude pernambucana chamado Dialogando. Este processo reuniu, em todas as Regiões de Desenvolvimento do Estado, os mais diversos grupos, coletivos e organizações juvenis com o propósito de identificar as demandas da juventude (PLANO ESTADUAL, 2008).

Segundo o documento (2008) este processo participativo foi sintetizado no Plano Estadual de Políticas Públicas de Juventude, aprovado por meio da Lei nº 13.608, de 31 de outubro de 2008. Pernambuco é, portanto, o primeiro estado brasileiro a possuir um Plano Estadual, aprovado em Lei, com vigência de 10 anos, estabelecendo assim, conjunto de prioridade de forma intersetorial.

Paralelo à aprovação desse plano, através da Lei nº 13.607, de 31 de outubro de 2008, foi instituído o Conselho Estadual de Políticas Públicas de Juventude, órgão autônomo, colegiado, de caráter consultivo e deliberativo da Política Estadual de Juventude, integrante da estrutura básica da Secretaria Especial de Juventude e Emprego (PLANO ESTADUAL, 2008).

Segundo o Plano Estadual (2008), foi pensando interiorizar o processo de institucionalização que o Governo do Estado de Pernambuco criou o Programa Casa das Juventudes, implantando a experiência em municípios de até 40.000 habitantes ou inserido em áreas do Governo Presente ou em comunidades tradicionais. Este Programa é destinado à população juvenil (15 a 29 anos) e tem por objetivo principal o fortalecimento e a articulação dos movimentos e coletivos juvenis, buscando fomentar as discussões e implantação de Políticas Públicas de Juventude. As Casas das Juventudes foram propostas na perspectiva de ser um ambiente de participação social, vivência democrática, diálogo permanente com o poder público, além de proporcionar um ambiente de múltiplas vivências que possam atingir e contemplar os diversos coletivos juvenis em seus distintos referenciais culturais (PLANO ESTADUAL, 2008).

No quesito juventude, os últimos anos foram marcados por um expressivo crescimento do número de jovens no Brasil, principalmente daqueles com idade entre 15 e 24 anos. De acordo com dados do IBGE, em 1996, 31,1 milhões de pessoas encontravam-se nessa faixa etária. Já em 2005, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 2005), os números apontavam para 35.052.332 jovens; um aumento de quase quatro milhões de jovens. Considerando a faixa etária da juventude entre 15 e 29 anos de idade – como faz atualmente a Secretaria Nacional de Juventude –, chega-se a 50 milhões de pessoas.

Dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), de 2008, apontam para grandes brechas de desigualdades de oportunidades entre jovens urbanos e rurais: 29,5% dos jovens pobres vivem em áreas rurais; o nível de escolaridade dos jovens rurais é 50% inferior aos urbanos; o índice de analfabetismo é de 9% para aqueles que vivem no campo e de 2% para os residentes em áreas urbanas.

“Campo” e “cidade” ainda que pareça cada vez mais difícil distinguirmos a fronteira entre essas duas realidades, existe uma distância que as demarca: as diferenças de acesso a bens e serviços. A reprodução de hierarquia rural/urbano sob construções estigmatizantes – onde morar no campo é desvalorizado culturalmente é reforçado também no que tange as reais condições de vida (CASTRO, 2008, p.27)

Em Pernambuco, segundo o Censo Demográfico 2000, o número de jovens na faixa etária de 15 a 29 anos chega a 2.411.034 indivíduos, aproximadamente 30,0% do total de habitantes do Estado; mas o crescimento populacional neste segmento tem perdido velocidade e a população do Estado vem passando por um processo de envelhecimento, onde se pode observar redução do número de crianças, desaceleração no crescimento demográfico entre jovens e progressão acentuada do número de idosos.

O crescimento demográfico da juventude foi elemento motivador de grandes preocupações de organismos internacionais que anteviam impactos muito significativos desse crescimento por volta da década de 1980 e promoveram inúmeras discussões sobre como a sociedade e os governos poderiam se preparar para enfrentar este fenômeno e suas decorrências no campo de demandas por oportunidade de formação, trabalho e lazer.

Assim, a Organização das Nações Unidas (ONU) escolheu o ano de 1985 como ano internacional de Juventude e realizou um encontro internacional naquele ano no Uruguai para discutir o tema e propor um acordo internacional. O tal acordo previa arranjos governamentais que instaurassem órgãos públicos de gestão e pesquisa acerca de juventude. Ao qual o governo brasileiro aderiu desde seu lançamento, entretanto, somente alguns anos depois é que essa estrutura começa a ser montada no Brasil.

Na perspectiva do capital social e do capital humano, este estudo demonstra uma percepção voltada para o fato de que o desenvolvimento econômico e social envolve outros fatores tão importantes quanto o crescimento econômico e a distribuição de renda, dando destaque ao capital social como um deles. As abordagens privilegiam as relações que o capital social estabelece com a sociedade, com o Estado, com as instituições de uma forma geral e com o indivíduo, tendo como objetivo demonstrar sua importância e alcance no âmbito das ciências sociais e econômicas.

O termo capital social surgiu no século XX para chamar à atenção para os caminhos pelos quais nossas vidas se tornam mais produtivas por meio de vínculos sociais. O capital social é visto sobre diferentes aspectos e de acordo com a formação teórica de cada autor, é trabalhado sobre vários olhares e nuances.

Para Franco (2002) capital humano refere-se à capacidade que os indivíduos têm de fazer coisas novas, exercitando a imaginação, o desejo, o sonho e a visão e se mobilizando para desenvolver atitudes e adquirir conhecimentos capazes de permitir a materialização desse desejo, desse sonho e dessa visão.

Jara (2001) explica que o conhecimento é considerado um fator gerador de sustentabilidade quando administrado por indivíduos capacitados que o apliquem a um determinado contexto, em forma de decisões inteligentes e vinculando atores e agentes estimulados por sentimentos de respeito e de solidariedade.

É neste contexto que procedemos a aproximação do nosso objeto de estudo com os estudos do capital humano e do capital social. A Casa das Juventudes como o próprio nome já diz, é um ambiente onde o aprendizado e a partilha de saberes consolida o espaço destinado à formação mútua, educativa e cidadã destes jovens. Com os objetivos articulados ao conceito do capital humano, a Proposta da Casa das Juventudes trabalha com a seguinte metodologia: o jovem formador de outros jovens.

Em entrevista ao pesquisador, o educador José Antônio³, explica:

Uma pessoa que recebe investimento em forma de educação, e se empenha em progredir, desenvolvendo mais habilidades e capacidades, passa a ser um agente importante para replicar o conhecimento adquirido para outras pessoas, essas, por sua vez, irão transmitir para outros indivíduos, contribuindo assim para o crescimento dessas pessoas (José Antônio).

Para Jara (2001) a obtenção de capital humano é possível a partir das atuações de reciprocidade, respeito, tolerância e ajuda mútuas entre os indivíduos. Isso o relaciona diretamente ao capital social, uma vez que, segundo Jara (2001), pessoas capacitadas, empenhadas e trabalhando conjuntamente em torno de um objetivo comum tendem a encontrar soluções capazes de gerar benefício mútuo. Capital social se refere “a qualidade dos relacionamentos sociais e também aos impactos produzidos por esses relacionamentos na vida social e política de uma determinada sociedade.” (JARA, 2001, p. 106). A produção do capital social requer tempo e relacionamento, “não se produz automaticamente, nem espontaneamente” (OSTROM, 1990, apud FRANCO, 2001, p.118). Mas deve ser produzido, historicamente, por uma coletividade.

³ Educador do Programa Casa das Juventudes desde o ano de 2008. Vale ressaltar, ainda, que, José Antônio (Nino), como é conhecido por todos, foi aluno do curso de informática do Projeto na primeira turma do município de Lagoa de Itaenga.

Segundo Franco (2001) não existe um consenso sobre a autoria do capital social. Mas, referencia as obras de Coleman e Bourdieu, na década de 80, como as mais completas a respeito do tema. Segundo o pesquisador Lazzarini (2002, p.10) os estudiosos procuravam entender “como indivíduos inseridos numa rede de relações sociais podem se beneficiar de sua posição ou gerar externalidades positivas para outros agentes”. Sendo assim, o que despertava a atenção de ambos era o processo de produção de bens coletivos.

Em 1980, o sociólogo francês, Pierre Bourdieu, iniciou seu trabalho sobre capital social a partir do estudo sobre a teoria da ação. Bourdieu (1980) define o capital social como [...] “um conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão vinculados a um grupo, por sua vez constituídos por um conjunto de agentes que não só são dotados de propriedades comuns, mas também são unidos por relações permanentes e úteis” (BOURDIEU,1980. p.67 apud PORTES, 1998).

O volume de capital social que um agente individual possui depende da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada membro desse grupo. Bourdieu (1980) afirma, portanto, que, mesmo o considerando totalmente distinto, o capital social não é completamente independente do capital econômico e cultural possuído por um indivíduo ou pelo grupo a quem está ligado, uma vez que as trocas que instituem a confiança mútua exigem a pré-existência de um mínimo de homogeneidade entre os que o possuem com exclusividade, exercendo um efeito multiplicador sobre esse capital possuído.

A contribuição que Bourdieu dá ao conceito de capital social, segundo Portes (1998), está focado sobre os benefícios revertidos para os indivíduos decorrentes da participação nos grupos e sobre a construção deliberada de sociabilidade. Para Bourdieu, os lucros revertidos da filiação a um grupo são à base da solidariedade e o que a torna possível⁴.

Em suma, capital social para Bourdieu, é um ativo individual que determina as diferenças de vantagens extraídas do capital econômico que um indivíduo possui, adquirido através das redes de conhecimentos, de influências que ele estabelece ao longo de sua vida.

⁴ PORTES, Alejandro. Social Capital: Its Origins and Applications in Modern Sociology. Annual Review of Sociology, v. 24. Annual Reviews, 1998.

Um mínimo de capital econômico é o pré-requisito crucial para que ele possa inserir-se em um grupo, mas, uma vez que isto ocorra, é criado um círculo virtuoso que o desprende da dependência do capital econômico. O capital social é capaz de gerar uma maior participação cívica, já que permite a inserção dos indivíduos nas altas camadas de poder político, econômico e social. Permite uma maior mobilidade social, através da rede de relações na qual o indivíduo é capaz de inserir-se.

Já no final da década de 1980, o sociólogo e americano James Coleman, colocou o termo capital social na agenda intelectual, usando-o para realçar o contexto social da educação. O autor define capital social, em seu trabalho intitulado “Foundations of Social Theory” (1990), como:

[...] “o conjunto das relações sociais em que um indivíduo se encontra inserido e que o ajudam a atingir objetivos que, sem tais relações, seriam inalcançáveis ou somente alcançáveis a um custo mais elevado” COLEMAN, 1990. p.304

Esta definição permite compreender melhor como se dão as relações de confiança, favoráveis à ação coletiva organizada, existentes entre os membros de um grupo de pessoas. Sem deixar de considerar que os indivíduos podem se utilizar de capital físico e de capital humano para atingir seus objetivos, Coleman (1990) afirma que, na medida em que, entre os atores sociais, há interdependência, eles somente conseguem satisfazer alguns de seus interesses agindo conjuntamente.

Dentro dos diversos tipos de relações sociais que o autor insere no conceito de capital social, encontram-se relações de expectativas e obrigações entre indivíduos que trocam favores; a existência de normas, com suas sanções e prêmios aplicáveis pelos atores beneficiários sobre os subordinados à norma; as relações de autoridade, em que um indivíduo concorda em ceder a outro o direito sobre suas ações em troca de uma compensação (financeira ou de outra espécie, como status, honra, deferência, etc.); obtenção de informações de baixo custo entre indivíduos, o que, neste caso, pode ser enquadrado como uma troca de favores, obediência a normas ou adequação a uma relação de autoridade.

O que é comum a todos os casos é que está sempre presente a confiança mútua existente entre os indivíduos:

[...] fazer um favor confiando que o outro retribuirá quando tiver oportunidade; submeter-se a normas confiando que o outro também submeter-se-á ou será punido se não o fizer; trabalhar para alguém confiando que receberá o pagamento ajustado ou, vice-versa, contratar alguém confiando que executará o trabalho proposto (COLEMAN, 1990, p.305).

Portanto, para o autor, capital social é importante porque, através do grau de confiança existente em determinadas estruturas sociais, promove a formação de arranjos institucionais capazes de gerar o desenvolvimento econômico e social de uma determinada comunidade.

Diferentes abordagens vêm sendo feitas por cientistas políticos e pesquisadores sociais em relação ao conceito de capital social e a noção adotada que hoje se emprega para esse termo é uma construção da última década do século XX (FRANCO, 2001, p.70). Entre os nomes que se destacam no entorno do capital social aparecem os nomes de Robert Putnam (1993; 1995; 1997; 200), Francis Fukuyama (1995; 1999), e James Coleman (1988; 1999).

Já o estudioso Fukuyama reconhece Alexis de Tocqueville (1835; 1840) como sendo o precursor da ideia de capital social. Apesar de nunca ter utilizado a expressão, Tocqueville, de acordo com Fukuyama, compreendia muito claramente a ideia. Na obra *Democracy in America*, o aristocrata francês e viajante Tocqueville analisa o contraste entre a França e a América, e compreende esta como possuidora de uma rica capacidade associativa, composta de uma população habituada a se reunir em associações com finalidades triviais ou sérias. Essa aptidão organizativa possibilitava às pessoas hábitos cooperativos que elas levavam para a vida pública facilitando o funcionamento da democracia.

Outro autor que dedica seus estudos ao capital social é Robert Putnam. Para Putnam (1993) capital social é importante porque define as características da sociedade civil, e estas características afetam a saúde das democracias, das comunidades, dos indivíduos. Em seu primeiro trabalho, *Comunidade e Democracia* (1993), Putnam desenvolveu o conceito de capital social e sua influência sobre o desenvolvimento econômico das sociedades. Para o autor, capital social é definido como: [...] “as características das redes de relações sociais, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 1996, p.177).

Para Putnam (1996) redes envolvem (quase por definição) obrigações mútuas e fomentam vigorosas normas de reciprocidade, principalmente, a que ele classifica de reciprocidade generalizada, onde ocorre uma relação de troca contínua calcada em expectativas mútuas da retribuição de favores no futuro e, sendo assim, o componente da confiança se encontra disseminado entre sua população, permitindo a formação de vínculos sociais mais densos e com interações sociais mais abrangentes. Vínculos sociais mais densos fazem a informação circular com mais eficiência e de forma mais horizontal. Dessa forma, além dos benefícios que informações completas trazem para uma economia de mercado, os mecanismos de controle sobre a conduta do indivíduo que definem a sua reputação são mais eficazes.

Nesse mesmo trabalho, Putnam (1996), assim como Coleman (1990), não acredita que o Estado sirva como ator mediador na promoção de capital social. O autor também afirma que o capital social é fruto de raízes históricas e culturais e, por isso, não acredita que possa ser criado ou modificado por meio da instituição de regras de reciprocidade ou sistemas de participação cívica.

Há um crescimento no trabalho de Putnam tanto no que diz respeito às consequências da dotação de capital social de uma sociedade, quanto no papel que o Estado ocupa na criação desse ativo. Em seu trabalho “Comunidade e Democracia”, Putnam descartava a possibilidade de o Estado promover políticas públicas capazes de fazer emergir capital social, uma vez que poderia abafar a capacidade de cooperação voluntária do indivíduo. Mais que isso, Putnam enxergava o capital social de uma forma estática porque acreditava que padrões de conexão social eram fixos no tempo e no espaço.

Putnam (2001), por sua vez, entende que o comprometimento entre os membros de uma localidade e o grau de civismo apresentado por eles numa determinada época, interferem diretamente em como as gerações futuras irão se relacionar, assim, o histórico de uma determinada região influi de maneira direta sobre o desenvolvimento desse lugar. Indivíduos que agem coletivamente, de maneira cívica, apresentam chances de melhorias em suas vidas e na comunidade em que habitam.

Para Putnam (2002), o capital social é mais importante que o humano para a estabilidade política e para a boa governança, porque uma sociedade de cidadãos mais organizados colaboram e fiscalizam a execução de planos de governo. No caso do projeto Casa das Juventudes, que tem como princípio educar por meio de cursos de qualificação profissional, percebe-se uma relação entre os dois capitais, o humano e o

social, uma vez que, as relações de trabalho constituem interações sociais. Portanto, o conceito de capital social adotado nessa pesquisa, certamente, estará ligado ao papel da educação, já que buscamos perceber até que ponto o trabalho promovido pelo Programa Casa das Juventudes contribui para o desenvolvimento do capital humano e do capital social dos jovens de contexto popular daquela localidade.

Ainda para o teórico (2001), uma colaboração de sucesso em determinada tarefa cria conexões e relações de confiança que podem facilitar a colaboração em outras tarefas. Assim, indivíduos e grupos que se ajudam em determinada função tendem a agir também de maneira colaborativa em outras atividades facilitando, dessa forma, a construção de laços de cooperação.

James Coleman (1988; 1999) na obra *Capital in the Creation of Human Capital* introduz a expressão Capital Social no debate do desenvolvimento travado no âmbito da sociologia, já, de certa forma, pautada pela economia (FRANCO, 2001). Buscando apoio nas ideias de Granovetter (1983), Coleman ofereceu distinções entre o capital físico, o capital humano e o capital social.

Segundo o autor, citado por Matos (2009), o capital social aparece em dois diferentes tipos de estruturas: as redes sociais exemplificadas por clubes, associações ou sindicatos; ou uma instituição ou organização social com o objetivo específico. São três os formatos que o capital social pode assumir, segundo o autor, correspondendo: 1) às expectativas e obrigações entre os indivíduos e grupos, que dependem do grau de confiança que permeia dada estrutura social; 2) às redes de comunicação nas quais circulam as informações, que facilitam a articulação das ações desenvolvidas de maneira coletiva; 3) às normas que garantem a aplicação dos itens referidos (COLEMAN, apud MATOS, 2009).

O viés institucional defende que a capacidade de mobilização dos grupos de uma sociedade depende da transparência e da responsabilidade dessas entidades perante a sociedade civil; assim a corrupção, a desigualdade social, a falta de liberdade cívicas, incapacidade de proteger o direito à propriedade são obstáculos para o desenvolvimento do capital social (MATOS, 2009).

Por fim, a abordagem sinérgica destaca a necessidade de integrar os âmbitos institucional e das redes por defender que o Estado, as empresas e a sociedade, isolados, não são capazes de promover um desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo em que se destaca, também é possível encontrar situações em que o Estado – sociedade nem

sempre é tranquila, mas se percebem conflitos, violência, ou situações em que grupos de narcotráfico, ou máfias assumam o poder (MATOS, 2009).

Uma consideração que se faz importante a respeito do capital social é a relação que se trava entre esse termo e as tecnologias de informação e comunicação. Há quem considere que meios de comunicação como a televisão e a internet em muito interferem nas relações que se estabelecem entre as pessoas, influenciando na participação social e civismo.

A Casa da Juventude é um ambiente de participação social, de vivência democrática e de diálogo permanente com o poder público, além de proporcionar um ambiente de múltiplas vivências que possam atingir e contemplar os diversos coletivos juvenis em seus distintos referenciais culturais.

O Programa Casa das Juventudes se aproxima ao conceito de capital social tratado por Putnam (1993), quando o mesmo externou que o capital social é definido como traços da vida social – redes, normas e ou cooperação e confiança – que facilitam a ação e a cooperação na busca de objetivos comuns. Para o autor, a confiança exerce o papel de lubrificante da vida social e de geradora de resultados econômicos.

Sociedades com alto grau de confiança tornam-se e mantêm-se prósperas, pois se transformam em comunidades cívicas. Em uma comunidade cívica o contrato moral, mais do que o contrato formal, é que mantém a cooperação e a sanção para quem o transgredir pode ser a exclusão da rede de sociabilidade e de cooperação.

Coleman (1994) subdivide o capital social em três formas: “a) normas e sanções que estimulam o bem comum; b) canais de trocas de informações e ideias e c) confiança” (COLEMAN, 1994, p.62).

O Programa Casa das Juventudes trata-se de uma política pública governamental que tem como proposta incentivar a formação do capital humano e capital social dos jovens envolvidos nas ações do Programa, como veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO II - A PROPOSTA DA CASA DAS JUVENTUDES

O Programa Casa das Juventudes teve início na Bacia do Goitá⁵, no município de Glória



Figura 1 Logomarca estadual do Programa

do Goitá, através do Serviço de Tecnologia Alternativa – SERTA⁶, hoje uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP⁷, que atua desde 1989 com mobilização, organização e capacitação de educadores e produtores rurais, monitores de projetos sociais e organizações comunitárias. O

objetivo da instituição é pensar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais e urbanas nos municípios de atuação (SERTA, 2007).⁸ Diante da proposta de desenvolver programas educativos, fundamentados no protagonismo juvenil, foi em 2007 que lideranças juvenis de organizações da sociedade civil, de quatro municípios da região da Bacia do Goitá, convocados pelo SERTA e

⁵ O Território da Bacia do Goitá está situado na área de transição entre a Zona da Mata e o Agreste pernambucano, no Nordeste do Brasil. Todos os seus cinco municípios - Glória do Goitá, Lagoa de Itaenga, Pombos, Feira Nova e Chã de Alegria - têm economia predominantemente rural, com significativa presença da agricultura familiar e da cadeia produtiva da mandioca. É um ambiente de importantes expressões culturais: mamulengo, côco de roda, maracatu

⁶ O Serviço de Tecnologia Alternativa - SERTA é uma organização da sociedade civil interesse público - OSCIP, fundada em agosto de 1989. Desde então, vem atuando no campo da mobilização social, formação de jovens, organização e capacitação de produtores rurais, de educadores da rede pública e desenvolvimento territorial. Visa à construção de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais do Nordeste do Brasil.

⁷ As OSCIPs são regulamentadas pela Lei Federal 9.790 de 23/03/99, também conhecida com “Lei do Terceiro setor”. O reconhecimento jurídico é considerado um marco para os que atuam neste setor, isso porque a legalização promove, em princípio, maior transparência e legitimidade das instituições civis junto ao poder público e as qualifica como organizações de interesse importantes para a sociedade, aptas a receber financiamento do Estado ou da iniciativa privada para realizar projetos não comerciais.

⁸ Informações consultadas no documento do Programa de Desenvolvimento Territorial do SERTA, 2007.

coordenado pelo Conjunto Integrado de Projetos - CIP⁹, no Estado de Pernambuco, participaram da construção do Projeto Casa das Juventudes (SERTA, 2007).

A iniciativa, realizada com apoio da WW Kellogg Foundation¹⁰, tinha por objetivo mobilizar e articular esforços para superar os desafios da conjuntura do desenvolvimento local da região, fortalecendo a participação de jovens líderes na condução do seu destino, da sua organização política e da inovação dos arranjos institucionais conjugando talentos e saberes locais distintos.

Devido a grande demanda da juventude naquela região, o grupo percebeu a necessidade de um espaço onde os jovens pudessem se reunir pra pensar ações de desenvolvimento de seus municípios, que pudessem se articular em rede, para assim cobrar demandas e ações dos gestores públicos daquelas localidades.

Assim, o Projeto Casa das Juventudes nasce como discurso no sentido de fazer com que os jovens e gestores municipais possam pensar, elaborar e executar de forma participativa e recíproca as políticas de juventude, contribuindo assim com a efetivação dos direitos juvenis. A consolidação da Casa das juventudes se deu em um espaço de encontro, trabalho e formação dos jovens (SERTA, 2007).

Inicialmente, todos os projetos do CIP utilizavam as Casas de Juventude para realizar suas atividades em parceria com o projeto de Juventudes e Políticas Públicas. Entretanto, a gestão da Casa era coordenada pelas comissões gestoras municipal. A estratégia de aglutinar os diversos projetos dentro das Casas era uma forma de animar e integrar todos os projetos a partir das atividades juvenis, especialmente as ações de formação e garantia dos direitos da juventude neste território (SERTA, 2007).

No ano de 2009, o Secretário Estadual de Juventude de Pernambuco, Pedro Mendes, visitou na Bacia do Goitá, às quatro experiências da Casa das Juventudes e, na ocasião, se comprometeu com o SERTA em expandir a ideia do projeto para outros municípios do estado de Pernambuco.

Nesse processo, em 2010, a partir do movimento dos jovens como sujeitos políticos, de diversas ações de democratização da informação, de acesso a novas

⁹O Conjunto Integrados de Projetos – CIP é parte integrante da Fundação KELLOGG, formada por projetos latinos americanos, que tem como foco o combate à pobreza e o desenvolvimento sustentável a partir da iniciativa protagonista da juventude.

¹⁰Fundação W.K. Kellogg foi criada em 1930 por W.K. Kellogg, pioneiro na fabricação de cereais matinais. Durante toda sua vida, W.K. Kellogg doou \$66 milhões em ações da Companhia Kellogg's e outros investimentos para “ajudar as pessoas a ajudarem a si mesmas”.

tecnologias, de incremento no controle social das políticas públicas municipais, a iniciativa proposta pelo SERTA, instiga o Governo Estadual de Pernambuco a tornar este processo em política pública para a juventude. Deste modo, a experiência foi expandida, inicialmente, para 51 municípios do Estado de Pernambuco, executada mediante parceria entre a antiga Secretaria Especial de Juventude e Emprego (SEJE) e os municípios do Estado. A partir da criação da Secretaria da Criança e da Juventude (SCJ) em 2010, o Projeto Casa das Juventudes, é implantado em mais 42 municípios, atingindo assim 92 dos 184 municípios pernambucanos (JUVENTUDE, 2012).

Já em 2011, o Projeto foi elevado ao status de Programa a partir da sanção da lei nº 14.577 de 28 de dezembro de 2011, que regulamenta a Casa das Juventudes e estabelece os seguintes critérios de implantação, para ampliar a instalação do equipamento e sua dinâmica de promoção das juventudes, aos municípios de: população de até 40.000 habitantes; população em área rural; possuam Comunidade Tradicional reconhecida pelo Poder Público; Sejam integrantes do Governo Presente (Áreas de maior índice de Crimes Violentos Letais Intencionais-CVLI); ou sempre que houver Interesse Público (JUVENTUDE, 2012).

Caracterização Geográfica dos municípios do PCJ

Pernambuco

92 Municípios integram o PCJ



Figura 2 Mapa de caracterização retirado do documento estadual do Programa Casa das Juventudes.

O documento estadual (2012) mostra que nesse percurso transitório, o programa Casas das Juventudes, no âmbito governamental, readequou alguns posicionamentos e passou a acumular outras atividades como: fortalecer e articular os grupos, movimentos, coletivos e líderes juvenis para ampliação de sua incidência política, visando a consolidação da Política Pública de Juventude na esfera estadual e sua implementação nos municípios¹¹.

A gestão que iniciou o Programa passa ainda a incorporar princípios e conceitos contemporâneos em relação a Juventude, considerando o jovem como ator político estratégico para o desenvolvimento e a defesa dos Direitos Humanos, tornando-o sujeito de ação e protagonista de sua história, agente transformador da comunidade e das relações com outros atores sociais públicos e privados (PROJETO ESTADUAL, 2012)

De acordo com o Projeto Juventude (2012) o público alvo do Programa Casa das Juventudes está direcionado aos jovens de 15 a 29 anos, pois o Programa considera a população jovem de acordo com o Estatuto da Juventude que considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos, de acordo com a seguinte nomenclatura: Jovem-adolescente, entre 15 (quinze) e 17 (dezesete) anos; Jovem-jovem, entre 18 (dezoito) e 24 (vinte e quatro) anos; Jovem-adulto, entre 25 (vinte e cinco) e 29 (vinte e nove) anos (JUVENTUDE, 2012).

Atualmente, o Projeto Casa das Juventudes conta com cinco eixos estruturadores: Promoção Cultural; Educação e Qualificação Profissional; Participação Social e Vivências Democráticas; Prevenção dos Agravos e Promoção da Saúde; Preservação do Meio Ambiente na questão da sustentabilidade.

¹¹ 87 Casas das Juventudes foram implantadas até julho de 2012, nos municípios de: Agrestina, Água Preta, Alagoinha, Altinho, Amaraji, Belém de São Francisco, Betânia, Bezerras, Bodocó, Bom Jardim, Bonito, Brejão, Brejinho, Buenos Aires, Cabrobó, Caetés, Camocim de São Félix, Camutanga, Carnaíba, Carnaubeira da Penha, Casinhas, Catende, Cedro, Chã de Alegria, Chã Grande, Correntes, Cortês, Cupira, Custódia, Feira Nova, Floresta, Gameleira, Glória do Goitá, Granito, Iati, Ibirajuba, Iguaracy, Ilha de Itamaracá, Inajá, Ingazeira, Ipubi, Itacuruba, Itapetim, Itaquitinga, Jaboatão dos Guararapes, Jaqueira, Jatobá, Joaquim Nabuco, Lagoa de Itaenga, Lagoa do Carro, Lagoa dos Gatos, Lagoa Grande, Lajedo, Maraial, Moreilândia, Olinda, Orobó, Orocó, Paratama, Passira, Pesqueira, Petrolândia, Pombos, Quipapá, Rio Formoso, Saloá, Sanharó, Santa Cruz da Baixa Verde, Santa Filomena, Santa Maria da Boa Vista, São Joaquim do Monte, São José da Coroa Grande, São José do Belmonte, São José do Egito, Serrita, Sertânia, Solidão, Tabira, Tacaratu, Taquaritinga do Norte, Trindade, Triunfo, Tupanatinga, Tuparetama, Verdejante, Vicência e Xexéu.

Os Princípios de Ação da Casa das Juventudes entendem que os espaços físicos destes locais devem ser um lugar livre de impedimentos e barreiras para acesso da ação colaborativa/propositiva, onde estes jovens possam reavivar o sonho de ter um projeto de vida próprio, com a música, o repertório, a estética juvenil e a voz do jovem, com mais recursos para fortalecer o jovem como ator político autônomo - "Líder de seu tempo"; de atividades: a)ludo/recreativas; b)formação técnica/política; c)fortalecimento institucional; para aliviar a pressão do ingresso ao mundo do trabalho; de criação e experimentação das iniciativas juvenis (JUVENTUDE, 2012).

O documento da Secretaria Executiva de Articulação e de Projetos Especiais do Governo do Estado (2012) mostra que para que haja parceria entre: Governo do Estado, Prefeituras municipais e Sociedade civil para inclusão do projeto em determinada localidade, é obrigação de cada um cumprir com as seguintes exigências:

Estado – Equipar as Casas com (10 computadores, 01 projetor, 01 Tela Retrátil, 02 Caixas amplificadoras de som, 02 Microfones, 01 Câmera Digital, 01 Cartão de Memória, 01 Mesa, 20 Cadeiras e 14 Cadeiras Executivas); Capacitar Agentes Técnicos das Casas das Juventudes; Acompanhar e monitorar as Casas das Juventudes e seus respectivos gestores; Promover Cooperação Técnica e Mobilização de Recursos; Contribuir para o fortalecimento da Política Pública de Juventude.

Município - Identificar e proporcionar imóvel em condições de abrigar as funcionalidades do Programa (Configuração Mínima de: 01 Telecentro com acesso à internet, 01 Sala Multiuso, 01 Sala de Reunião e 01 Sala para Equipe Gestora); Responsabilizar-se com as despesas de manutenção e custeio do imóvel, bem como das ações desenvolvidas pelas Casas das Juventudes; Disponibilizar equipe com pelo menos 3 (três) agentes técnicos, composta de 1 (um) Coordenador, 1 (um) Auxiliar de Serviços Gerais e 1 (um) Monitor de Informática; Instalar e manter os equipamentos e mobiliários da Casa das Juventudes; Abrigar: Órgão municipal de gestão da Juventude, Reuniões do Conselho Municipal de Juventude e as Juventudes.

Sociedade Civil - Compartilhar: experiências projetos e atividades; Construir coletivamente com as redes juvenis e com a gestão pública, propostas e ações para às juventudes; Participar ativamente da discussão da Política Pública da Juventude: conselhos da juventude, do movimento estudantil, ambientalistas, trabalhadores rurais e urbanos, negros e negras, indígenas, quilombolas, mulheres, empreendedores, com deficiência, ligados a movimentos culturais, do movimento LGBT, representantes do

Hip Hop, integrantes de organizações religiosas entre outros (SECRETARIA ESTADUAL, 2012).

Com relação ao monitoramento e a avaliação do Programa, Camila Barros, assessora técnica estadual do Programa Casa das Juventudes vai dizer que: “o monitoramento e a avaliação por parte do governo é feita através de visitas in loco, questionários, levantamentos, relatórios mensais, trimestrais, semestrais e anuais”.

Desta forma, o governo entende ser possível obter informações sobre as ações, período, participantes, como as casas se relacionam com seus participantes e comunidades, resultados alcançados, parcerias, avanços e dificuldades, participação na política pública, mobilização de recursos e sustentabilidade, início do mapeamento dos coletivos juvenis dos municípios, descrição de manutenção e avarias ao patrimônio, prestação de contas.

Atualmente, o Programa Estadual Casa das Juventudes, segundo dados do Governo do Estado, é observado como referência no cenário brasileiro para operacionalização da política pública de juventude. É importante destacar que de um total de 145 municípios com população até 40 mil habitantes, o Programa Casa das Juventudes atingiu até o mês de dezembro de 2012, 60% destas localidades com previsão de aumentar ainda mais em 2013.

Relação dos municípios de Pernambuco com e sem Casa das Juventudes

85 Municípios com até 40 mil habitantes <u>COM</u> Casas das Juventudes	60 Municípios com até 40 mil habitantes <u>SEM</u> Casa das Juventudes
Agrestina, Água Preta, Alagoinha, Altinho, Amaraji, Belém do São Francisco, Betânia, Bodocó, Bom Jardim, Bonito, Brejão, Brejinho, Buenos Aires, Cabrobó, Caetés, Camocim de São Félix, Camutanga, Carnaíba, Carnaubeira da Penha, Casinhas, Catende, Cedro, Chã de Alegria, Chã Grande, Condado, Correntes, Cortês, Cupira, Custódia, Feira Nova, Floresta, Gameleira, Glória do Goitá, Granito, Iati, Ibirajuba, Iguaracy, Ilha de Itamaracá, Inajá, Ingazeira, Ipubi, Itacuruba, Itapetim, Itaquitinga, Jaqueira, Jatobá, Joaquim Nabuco,	Afogados da Ingazeira, Afrânio, Águas Belas, Aliança, Angelim, Araçoiaba, Barra de Guabiraba, Belém de Maria, Cachoeirinha, Calçado, Calumbi, Canhotinho, Capoeiras, Cumaru, Dormentes, Exu, Fernando de Noronha, Ferreiros, Flores, Frei Miguelinho, Ibimirim, Itaíba, Itambé, Itapissuma, Jataúba, João Alfredo, Jucati, Jupi, Jurema, Lagoa do Ouro, Macaparana, Machados, Manari, Mirandiba, Nazaré da Mata, Palmerina, Panelas, Parnamirim, Pedra, Poção, Primavera, Quixaba, Riacho das Almas, Sairé, Salgadinho, Santa Cruz, Santa Maria do Cambucá,

<p>Lagoa de Itaenga, Lagoa do Carro, Lagoa dos Gatos, Lagoa Grande, Lajedo, Maraiial,</p> <p>Moreilândia, Orobó, Orocó, Paratama, Passira,</p> <p>Petrolândia, Pombos, Quipapá, Rio Formoso,</p> <p>Saloá, Sanharó, Santa Cruz da Baixa Verde, Santa</p> <p>Filomena, Santa Maria da Boa Vista, São Joaquim do Monte, São José da Coroa Grande, São José do</p> <p>Belmonte, São José do Egito, Serrita, Sertânia, Solidão, Tabira, Tacaratu, Tamandaré, Taquaritinga do Norte, Trindade, Triunfo, Tupanatinga,</p> <p>Tuparetama, Verdejante, Vicência e Xexéu.</p>	<p>Santa Terezinha, São Benedito do Sul, São Caitano, São João, São Vicente Ferrer, Tacaimbó, Terezinha, Toritama,</p> <p>Tracunhaém, Venturosa, Vertente do Lério e Vertentes.</p>
--	---

Observando outro enfoque do Programa, é possível perceber que sua atuação contribui com o resgate da Juventude nas áreas dos municípios denominadas Governo Presente (estas apresentam maior índice de crimes violentos letais intencionais - CVLIs) do total de municípios, o Programa Casa das Juventudes atingiu até o mês de julho de 2012, 28,5%, com previsão de elevar este patamar para 57,14% até dezembro de 2013¹².

Segundo dados da Secretaria Estadual é válido salientar que Pernambuco lidera a redução de homicídios no Nordeste entre a população jovem. De acordo com Pesquisa Mapa da Violência, feita pelo Flacso Brasil e divulgada pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, divulgado em 18 de julho de 2012, pelo Jornal do Comércio, destaca-se que entre os anos 2000 e 2010, Pernambuco registrou 22,3 assassinatos de crianças e jovens para cada 100 mil habitantes. Em 2010, esse número caiu para 19,3 para cada 100 mil habitantes, o que representa uma redução de 13,3% nos Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLIs (SECRETARIA ESTADUAL, 2012).

É importante destacar que existem Casas em regiões de população tradicional, seja quilombola, ou mesmo indígena para integrar as juventudes mais excluídas das ações de Política Pública. Para acompanhar e consolidar tais processos e projetar avanços do Programa Casa das Juventudes, a Gerência de Juventude, está alinhando suas metas até 2014 de ampliação do fortalecimento das ações do Programa Casas das Juventudes como braço operacional da Política Pública de Juventude no Estado de Pernambuco.

¹² Dados baseado em pesquisa interna encomendada pelo Governo do Estado.

Além disso, no exercício de suas ações estão previstas, imprescindivelmente, a ampliação das seguintes questões: gênero e etnia, desenvolvimento institucional, formação cidadã e profissional, cultura, esportes, cultura de paz, sustentabilidade, vulnerabilidade social e a garantia de direitos.

A experiência da Casa das Juventudes de Lagoa de Itaenga



Figura 3: Roda de diálogo com os jovens. Foto: Arquivo Casa das Juventudes

Como complemento a esse projeto maior e que já foi apresentado acima, a Casa das Juventudes de Lagoa de Itaenga possui sede própria e situa-se à Rua Leopoldina Pinheiro, sem número, ao lado de uma das duas únicas delegacias existentes no município.

Com várias modalidades de cursos, palestras e rodas de diálogos, a Casa das Juventudes abre suas portas sempre às 7h30, com início das atividades às 8h, sem fechar para almoço, sempre com programação até às 17h. Em anos anteriores, o expediente se estendia até às 21h. Segundo José Antônio, educador do curso de informática da Casa:

Mas sempre que existe a necessidade, a casa abre suas portas à noite para qualquer ensaio dos grupos culturais quando solicitado. A única exigência feita é que os ensaios, à noite, ocorram de portas fechadas. Neste período de existência, a casa nunca passou por nenhuma má experiência de violência, mas como as coisas não andam bem por aqui, em reunião da coordenação, ficou decidido por nos prevenir e tomar esta medida (Jose Antônio de Souza).

O Programa Casa das Juventudes enquanto política pública estadual determina que é importante que cada Casa seja composta pelos seguintes membros: um coordenador; um educador; uma secretária e um auxiliar de serviços gerais. Já no espaço em Lagoa de Itaenga, o papel da secretária é acumulado com o exercício do coordenador, pois a

prefeitura local não dispõe de verba para esta função. O coordenador, educador e a pessoa dos serviços gerais recebem como pagamento, pelos serviços prestados, um salário mínimo por mês.



Figura 4: Jovens grafitando o hall central da Casa das Juventudes. Foto: Arquivo Casa das Juventudes

A Casa de Lagoa de Itaenga conta com um espaço bastante amplo para as atividades formativas e artísticas culturais, inclusive por ser um dos maiores espaços de encontro da juventude da localidade, algumas vezes é solicitado

para atividades de épocas festivas.

O espaço conta com uma sala para realização das oficinas; uma sala para acesso à internet; uma sala para o curso de manutenção de computadores; uma sala para depósito de material; uma sala para coordenação; um camarim; dois banheiros; um palco para apresentação e um salão principal para eventos com capacidade para cento e vinte pessoas sentadas.

Uma das práticas utilizadas na proposta metodológica da Casa das Juventudes é pensada na forma de se aproveitar aqueles que se destacam nos cursos e passam a integrar a equipe da Casa como jovens voluntários, bem no espírito do que assinala Jara (2001) explica que o conhecimento é considerado um fator gerador de sustentabilidade quando administrado por indivíduos capacitados que o apliquem a um determinado contexto, em forma de decisões inteligentes e vinculando atores e agentes estimulados por sentimentos de respeito e de solidariedade.

Segundo informações do diretor de juventude do município, Luis Vicente¹³, integrante também da coordenação da Casa das Juventudes:

Ao longo destes cinco anos, já passaram pelos cursos de formação, mais de três mil jovens. Hoje, matriculados, cerca de cinquenta e seis alunos nos cursos em exercício: Informática Básica, Prática em Audiovisual e Design. A grande procura pela oferta dos cursos sempre se dão, em sua grande maioria, pelo sexo feminino, sendo esse maior número em sala de aula.

A Casa das Juventudes, como o próprio nome já diz, é um ambiente onde o aprendizado e a partilha de saberes consolida o espaço destinado à formação mútua, educativa e cidadã dos jovens, na compreensão, como afirma Jara (2001) que a obtenção de capital humano é possível a partir das atuações de reciprocidade, respeito, tolerância e ajuda mútuas entre os indivíduos. Isso o relaciona diretamente ao capital social, uma vez que, segundo Jara (2001), pessoas capacitadas, empenhadas e trabalhando conjuntamente em torno de um objetivo comum tendem a encontrar soluções capazes de gerar benefício mútuo.

Como complemento a esse projeto maior e que já foi apresentado acima, a Casa das Juventudes de Lagoa de Itaenga possui sede própria e situa-se à Rua Leopoldina Pinheiro, sem número, ao lado de uma das duas únicas delegacias existentes no município.

Com várias modalidades de cursos, palestras e rodas de diálogos, a Casa das Juventudes abre suas portas sempre às 7h30, com início das atividades às 8h, sem fechar para almoço, sempre com programação até às 17h. Em anos anteriores, o expediente se estendia até às 21h.

A parceria do governo do estado, da prefeitura municipal e da sociedade civil só reforça a questão do capital social, pois isso se relaciona ao atendimento de Putnam, quando o autor destaca que as redes, sustentadas pela colaboração entre seus membros, constituem uma memória cultural capaz de orientar para futuras ações (MATOS, 2009)

Um bom exemplo é dado pela Janaina Felix¹⁴, em entrevista ao pesquisador quando fala do quanto foi importante passar pela formação da Casa:

¹³ Foi um dos jovens que participou da discussão inicial do Projeto Casa das Juventudes enquanto sociedade civil. Formado pela primeira turma do curso de audiovisual da Casa e hoje, cursa o último período de publicidade na Universidade Católica de Pernambuco. Diretor de Juventude do município.

¹⁴ Jovem, educadora, formada pela Casa das Juventudes. Atualmente, secretária executiva do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA. Participou também das discussões iniciais para elaboração do projeto das Casas das Juventudes.

Desde 2008 me relaciono com a casa. Ao longo dos anos, a Casa me possibilitou ser quem sou. Hoje consigo compreender as dificuldades de cada jovem, consigo olhar mais à frente, procurar uma solução para o problema. As formações da Casa, com certeza, me deixou mais crítica, me mostrou que não sou obrigada aceitar tudo que me empurram goela abaixo. Depois da Casa, me tornei mais atuante nas causas da juventude em Lagoa de Itaenga. Não tem como esconder que o jovem que passa pela formação e sabe aproveitar o ambiente/espço da Casa das Juventudes, com certeza, é um jovem diferenciado no município.

Na entrevista, a jovem narra outras experiências de jovens que passaram pela Casa das Juventudes e que alguns deles, de forma direta, estão engajados na gestão municipal da localidade. Aproximamos a experiência da Casa das Juventudes ao conceito de capital humano tratado por Franco (2002), pois o autor se refere à capacidade que os indivíduos têm de fazer coisas novas, exercitando a imaginação, o desejo, o sonho e a visão e se mobilizando para desenvolver atitudes e adquirir conhecimentos capazes de permitir a materialização desse desejo, desse sonho e dessa visão.

A partir de dados oficiais e de depoimentos coletados, no próximo capítulo apresentaremos o cenário da pesquisa e a população do estudo com foco no perfil e cotidiano dos jovens entrevistados para esta pesquisa.

CAPÍTULO III - O CENÁRIO DA PESQUISA E A POPULAÇÃO DO ESTUDO

Neste capítulo, apresentaremos a cidade lócus desta pesquisa, Lagoa de Itaenga, localizada na Zona da Mata Norte de Pernambuco, assim como, apresentaremos também o perfil e o cotidiano dos jovens entrevistados para esta pesquisa. A partir de dados oficiais e dos depoimentos coletados, discorreremos sobre importantes elementos para compreender como vivem estes jovens, quais são suas perspectivas e seus desafios. O objetivo do capítulo é traçar um panorama que proporcione ao leitor subsídios para o capítulo seguinte, no qual serão reveladas as apropriações da juventude rural do município de Lagoa de Itaenga a partir do Programa Casa das Juventudes pelos jovens de contextos populares rurais.

Breve contextualização do lócus da pesquisa: o município de Lagoa de Itaenga



Figura 5: O município de Lagoa de Itaenga. Foto: Internet

Lagoa de Itaenga, município onde se desenvolveu a pesquisa, tem origem indígena, pois na cidade existe uma lagoa em que há uma Pedra (*Ita* na língua dos nativos) e uma

vegetação brava

chamada *Enga*, com isso juntaram a palavra *Ita* + *Enga* e formou o nome Lagoa de Itaenga.

O município de Lagoa do Itaenga está localizado na mesorregião Mata e na Microrregião Mata Setentrional do Estado de Pernambuco, limitando-se ao norte com Carpina e Lagoa do Carro, ao sul com Glória do Goitá, a leste com Paudalho, e a oeste

com Feira Nova e Limoeiro. A área municipal ocupa 61,7 km² e representa 0.06 % do Estado de Pernambuco.

A sede do município tem uma altitude aproximada de 183 metros e coordenadas geográficas de 07 Graus 56 min. 10 seg de latitude sul e 35 Graus 17 min. 25 seg de longitude oeste, distando 87,4 km da capital, cujo acesso é feito pela PE-005, BR-408, e PE-053. A sua população é estimada em mais de 23 mil habitantes, com uma economia voltada para a agropecuária, à indústria e aos serviços (IBGE, 2004).

Segundo a classificação de Veiga (2002), o município de Lagoa de Itaenga se caracteriza como um município rural, pois o autor propõe que, a partir de critérios como a localização, o tamanho da população e a densidade demográfica, os municípios com menos de 50 mil habitantes e com menos de 80 mil habitantes fossem considerados municípios rurais.

O município foi criado em 20/12/1963, pela Lei Estadual n. 4.966, sendo formado pelo distrito-sede e pelos povoados de Camboa e Usina canavieira Petribu. De acordo com o censo 2000 do IBGE, a população residente total é de 20 172 habitantes sendo 15 345 (76,1) na zona urbana e 4 827 (23,9) na zona rural. Os habitantes do sexo masculino totalizam 10 083 (50,0) %, enquanto que do feminino totalizam 10 089 (50,0) %, resultando numa densidade demográfica de 326,9 hab/km². A rede de saúde se compõe de 01 Hospital, 11 Leitos, 04 Ambulatórios, e 18 Agentes Comunitários de Saúde Pública. A taxa de mortalidade infantil, segundo dados da DATASUS é de 85,07 para cada mil crianças (IBGE, 2000).

O município de Lagoa de Itaenga está inserido na unidade geoambiental do Planalto da Borborema, formada por maciços e outeiros altos, com altitude variando entre 650 a 1.000 metros. Ocupa uma área de arco que se estende do sul de Alagoas até o Rio Grande do Norte. O relevo é geralmente movimentado, com vales profundos e estreitos dissecados. Com respeito à fertilidade dos solos é bastante variada, com certa predominância de média para alta. A área da unidade é recortada por rios perenes, porém de pequena vazão e o potencial de água subterrânea é baixo.

O clima é do tipo Tropical Chuvoso, com verão seco. A estação chuvosa se inicia em janeiro/fevereiro com término em setembro, podendo se adiantar até outubro. Nas Superfícies suaves onduladas a onduladas, ocorrem os Planossolos, medianamente profundos, fortemente drenados, ácidos a moderadamente ácidos e fertilidade natural média e ainda os Podzólicos, que são profundos, textura argilosa, e fertilidade natural média a alta.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é de 0,638, que significa dizer que é um nível médio em relação à pobreza é considerado baixo índice, quando é inferior a 0,500, segundo as Nações Unidas (IBGE, 2000). Este índice situa o município e significa que não está abaixo do índice considerado inferior pelas nações unidas, mas que é bastante baixo se considerarmos que este índice ocupa em 64º no ranking estadual e em 3977º no nacional. O Índice de exclusão social, que é constituído por sete indicadores (pobreza, emprego formal, desigualdade, alfabetização, anos de estudo, concentração de jovens e violência) é de 0,373, o que significa dizer que está muito abaixo da média.

No resultado do censo demográfico de 2000, Lagoa de Itaenga apresentou um desenvolvimento de 76,1% na urbanização, um aumento na taxa de crescimento vegetativo correspondente a 2,3% entre o período de 1991 a 2000 e uma densidade demográfica equivalente a 348,4(hab/km²). Mesmo com o aumento das suas taxas de desenvolvimento, o município, segundo dados da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM¹⁵, apresenta baixos indicadores sociais, entre eles pode-se destacar que a existência de família com rendimento mensal até um salário mínimo corresponde a mais de 51,7% e menos de 88%; no indicador de domicílio com esgoto sanitário inadequado, o município está entre os 30 mais contingentes do Estado de Pernambuco; já na taxa de analfabetismo da população entre 15 e 24 anos, o percentual está entre 12,4% a 18,6%, dados semelhantes aos municípios que compõem a Mesorregião, os quais se enquadram como dados intermediários, segundo o IBGE (2010).

Na área de educação, o município possui 22 estabelecimentos de ensino fundamental com 6074 alunos matriculados, e 01 estabelecimento de ensino médio com 581 alunos matriculados. A rede de ensino totaliza 117 salas de aula, sendo 08 da rede estadual, 70 da municipal e 39 particulares. Dos 4 467 domicílios particulares permanentes, 2880 (64,5)% são abastecidos pela rede geral de água, 753 (16,9)% são atendidos por poços ou fontes naturais e 834 (18,7)% por outras formas de abastecimento. A coleta de lixo urbano atende 2934 (65,7)% dos domicílios.

Segundo dados do IBGE (2000) a cidade de Lagoa de Itaenga em dez anos teve um aumento da população de apenas 481 pessoas. Em 2000, a população era de 20.172 no

¹⁵ Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM. 2003.

ano de 2010 a sua população é de 20.653 pessoas. A razão para o baixo crescimento pode estar na falta de oportunidade e perspectiva de vida.

Segundo o IBGE (2011), com relação à inserção no mercado de trabalho, havia menor representação das mulheres. A participação da mulher no mercado de trabalho formal era de 16,1% em 2011. O percentual do rendimento feminino em relação ao masculino era de 108,9% em 2011, independentemente da escolaridade. Entre os de nível superior o percentual passa para 57,6%.

Em 2005, o percentual de escolas do Ensino Fundamental com laboratórios de informática era de 30,4%; com computadores 8,7% e com acesso à internet 8,7%. As escolas do Ensino Médio com laboratórios de informática era de 100,0%; com computadores 0,0% e com acesso à internet 0,0% (INEP, 2011)

A Região Setentorial da Mesorregião da Mata Pernambucana, Região de Desenvolvimento (RD) da mata Norte, onde é localizada a cidade de Lagoa de Itaenga, é constituída pelos municípios de Carpina, Lagoa do Carro e Paudalho. Limita-se aos Norte os municípios de Buenos Aires, Nazaré da Mata e Tracunhaém; ao Sul com Camaragibe, Chã de Alegria, Glória do Goitá e São Lourenço da Mata; ao Leste com Abreu e Lima e Paulista; e ao Oeste com Feira Nova e Limoeiro na RD do Agreste Setentrional (PROMATA, 2007). Ver mapa da figura 2.

Suas características físicas como o clima semiárido, vegetação caducifólia e subcaducifólia, bem como seu relevo compartimentado entre tabuleiro costeiro e colinas, definem sua altitude em 183 m, o que estabelece uma temperatura média anual de 24,6° Celsius, favorecendo a maior parte da economia local por razões políticas e históricas direciona-se em atividades primárias, pode-se destacar nesse contexto a agricultura familiar e a monocultura canavieira, uma vez que em seu território o rio Capibaribe tem um pequeno trecho de seu percurso, facilitando assim o cultivo das atividades agrícolas.

Ressaltando que a agricultura familiar é um meio de vida e não um fato isolado, é possível compreender o que afirma Wanderley (1996, p.8):

[...] o conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família – produção trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente.

Na área de 23,93% que compõe o meio rural do município de Lagoa de Itaenga, como estima o IBGE (2002), as propriedades são divididas em quatro grupos: as produtivas e improdutivas, e as de grande porte utilizadas pela usina canavieira Petribu e as de pequeno porte, variando entre dois a dez hectares, empossadas, passadas de forma tradicional, de pai para filho.

A área rural de Lagoa de Itaenga é composta de várias comunidades e sítios onde são realizadas atividades da agricultura familiar com mais de 160 famílias. Entre atividades tradicionais (com uso de agrotóxicos) e as atividades de agricultura de base agroecológica. Todas caracterizadas como minifúndios e permanentemente pressionados pela usina canavieira, segundo os próprios agricultores, a venderem suas terras.

Nessas comunidades também são desenvolvidas atividades não-agrícolas como o artesanato utilizando cipós, a confecção de cestos, balaios e chapéus. Esses produtos são vendidos num centro de artesanato em Lagoa de Itaenga e em alguns espaços considerados “agroecológicos”. Para agregar valor à produção destaca-se também o beneficiamento dos produtos agrícolas na elaboração de bolos, doces e sucos. Os movimentos populacionais são estáveis no município.

No município existe também o Hotel Fazenda de Lagoa de Itaenga, no Engenho Cumbé, que funcionava como engenho desde o século XVIV, já foi fabrica de aguardente até 1996 e hoje dispõe de estrutura hoteleira para o turismo rural na região. O hotel oferece vários serviços como hotel para cavalos, restaurante rural, prédio, cachoeira, curral e breque; e para os visitantes, passeio a cavalo, pescaria nos açudes, mini-campo de futebol, quadra de vôlei, passeio em trilha, ponte da Ilha do Amor, filmes sobre turismo, sobre a cidade de Lagoa de Itaenga, e sobre a criação de cavalos, vídeo, TV, e local para aula com até 20 lugares.

Lagoa de Itaenga é conhecida por sua tradicional Festa de São Sebastião, por sua Corrida de Jericos anual e, por ser a cidade da modelo Rhaisa Batista, que virou celebridade local após despontar para o mundo da moda internacional, além de brilhar nas novelas globais. A cidade é muito rica culturalmente, devido à diversidade de artistas que lá existe. Nela podemos encontrar cantadores de viola, maracatus (com destaque ao Leão da Serra, um dos mais antigos da região), grupos de teatros, equipes de quadrilhas, coco-de-roda, mamulengos (com destaque para o mamulengueiro Zé Divina, considerado pela FIAM (1994), um dos únicos do mundo) e outros.

As festas são destaques principalmente no São João com os shows das bandas e o famoso coco-de-roda, cantado por Bio do Caboclo. A Festa do Jerico é outra atração que atrai gente de todo o Estado no mês de Setembro, tão tradicional quanto à festa do padroeiro São Sebastião realizada no dia 20 de dezembro (CEHM – FIAM, 1994).

Como se faz para chegar à Lagoa de Itaenga? – Diário de Campo do pesquisador

Era 5h30 da manhã quando saímos da Várzea, bairro em que reside o pesquisador, rumo à Avenida Caxangá, local onde passa o transporte coletivo que segue para o município de Lagoa de Itaenga, Zona da Mata Norte de Pernambuco. No estudo em questão, faz-se necessário narrar à experiência com a condução feita pelo pesquisador, uma vez que é de costume a rotina que esses jovens enfrentam sempre que precisam ir e vir ao Recife, capital do Estado.

Existem três formas de se chegar ao local - ou se apanha o ônibus que segue pra cidade de Carpina e de lá toma outro transporte pra Lagoa de Itaenga, ou espera cerca de 30 minutos a mais, para pegar o que segue do Recife direto pra o município de Lagoa de Itaenga, e a terceira e última opção é se aventurar/arriscar nas toyotas apertadas e lotadas que costumam levar e trazer passageiros naquele trecho que inicia a Zona da Mata de Pernambuco. Podemos dizer que das três opções oferecidas como condução de se chegar ao município de Lagoa de Itaenga, essa terceira, sem sombra de dúvidas, é a mais desrespeitosa à vida do passageiro.

Saindo de Recife passamos por Camaragibe, São Lourenço da Mata e é quando saímos da PE-027 e entramos na BR-408 que segue por Tiuma, Guadalajara - distritito de Paudalho, Paudalho Centro e Carpina. Com a chegada em Carpina, conseguimos correr a tempo de pegar o coletivo das 07h10, com passagem custando 2 reais, sendo esse um micro ônibus bastante sucateado e contingente. No transporte, muitos jovens, crianças e adultos. Alguns voltavam da escola, outros das compras, muita conversa solta.

Os jovens, quase que em geral, exibiam os aparelhos celulares nas mãos, conectados à internet, uma vez que, comentavam fatos relacionados ao Facebook e outras redes sociais. Os menores de idade, crianças mesmo, além de estarem desacompanhados de um adulto neste percurso que dura cerca de 20 minutos, estavam também com aparelhos celulares em mãos, brincando com os joguinhos.

Um dos fatores que nos chamaram bastante atenção foi com relação à carga permitida ser transportada, havia de tudo um pouco: galinha, galo, gato, cachorro, pato, aparelho de som em alto volume, também jovens dançando entre uma curva e outra, roupas da moda e muita poeira da estrada de terra. Enquanto o pesquisador usava um lenço para proteger o nariz da poeira, todos os outros não demonstraram incomodo algum com a situação e precariedade do transporte. Ali, o que se valoriza, é o fato de já se ter um transporte para ir e voltar. Um passageiro em conversa com seu amigo, diz: “que calor é esse?” o outro dispara: “já me acostumei, todo dia é assim, agora!”¹⁶ Para aumentar ainda mais o calor, muitas das janelas se encontravam fechadas devido a fim de amenizar a entrada da poeira da estrada.

A paisagem, completamente verde do canavial das extensas terras plantadas pela usina Petribu, detentora da maior parte dos hectares ainda cultiváveis na localidade. Neste percurso, é possível ver as pequenas propriedades quase desaparecidas e mesmo espremida pelas canas, ainda sobrevivem.

Depois de perder as contas das várias subidas e descidas que o ônibus deu, enfim, lá longe, já conseguimos enxergar o centro urbano de Lagoa de Itaenga, é possível perceber, a prefeitura do município, também a praça principal, e em seguida a igreja católica.

A juventude de Lagoa de Itaenga



Figura 6: Jovens de Lagoa de Itaenga em formação externa. Foto: Arquivo Casa das Juventudes

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), Lagoa de Itaenga possui um quantitativo de 6.148 mil jovens, com idade entre 15 e 29 anos. A realidade não é muito diferente de outros pequenos municípios da região. Segundo o IBGE

¹⁶ Essa conversa se deu entre dois amigos, um sentado na frente do coletivo, e o outro, na parte traseira. Logo, percebe-se, que os homens, de aparência jovem, gritavam para se fazerem compreendidos.

(2010) mais da maioria destes jovens estão em idade escolar e estão buscando a inserção no mercado de trabalho, ou já se encontram inseridos nesse mercado, de modo formal ou informal.

Ainda de acordo com o IBGE a taxa de analfabetismo observada entre a população com idade superior a 15 anos, é bastante elevada em pleno início do século XXI. Entre esses, o analfabetismo é algo que atinge ainda 63,3% dos habitantes de Lagoa de Itaenga” (Plano Municipal de Conservação de Lagoa de Itaenga, 2012, p.27).

Porém, um dado positivo merece destaque. De acordo com o IBGE (2010), “entre a população de 15 a 24 anos de idade houve uma queda acentuada nessa taxa de analfabetismo: em 2010, 18,8% dos habitantes desse grupo etário era analfabeto; em 2010, apenas 7,2% podiam ser considerados analfabetos” (IBGE, 2010, *apud* Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Lagoa de Itaenga, 2012, p.26).

Em dez anos, aconteceu uma redução de mais de 60% na taxa de analfabetismo entre a população inserida nessa faixa etária. Esses dados permitem, a essas pessoas, a possibilidade de almejar melhores condições e postos de emprego nos diversos setores da atividade econômica.

Essa mudança pode ser associada aos programas governamentais e não governamentais de incentivo à educação e ao ensino formal. Essa informação fica visível nas entrevistas realizadas com os jovens que compõe o cenário da Casa das Juventudes de Lagoa de Itaenga, pois, de forma quase geral, falaram que após participarem dos cursos de formação na Casa das Juventudes, melhoraram o rendimento escolar, aguçaram o gosto pela leitura e escrita e se dedicaram bem mais ao mundo escolar. De acordo com o depoimento de um dos jovens que passaram pela formação da Casa: “passar pela Casa das Juventudes, só fez com que eu pudesse ser melhor, falo isso com toda certeza, se assim não fosse, eu não seria tão solicitado no município para falar a respeito de política e desigualdade social¹⁷”.

Mas ao olhar para o outro lado, a situação da educação revela ainda alguns obstáculos que se impõem ao desenvolvimento socioeconômico de Lagoa de Itaenga: a queda no número de matrículas anuais, à medida que se avança nas séries da rede de ensino: “nos anos iniciais do Ensino Fundamental um total de 2.395 estudantes foi matriculado em 2010, apenas 1125 alcançaram o Ensino Médio no mesmo ano. Esse

¹⁷ Cursa o último período do Curso de Publicidade e Propaganda pela Universidade Católica de Pernambuco. Diretor de Juventude do Município e vice presidente do COMDICA.

dado só efetiva o problema da evasão escolar no Ensino Fundamental em Lagoa de Itaenga” (IDE, 2010, *apud* Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Lagoa de Itaenga, 2012, p.26).

Esse cenário pode ser discutido na perspectiva de Santos (2009) quando diz que:

Os espaços que historicamente a juventude ocupa na sociedade são constituídos de acordo com a classe social a que pertencem. Os jovens das classes alta e média têm como espaços definidos as escolas, no intuito de retardar sua entrada no mundo produtivo. Já o jovem das classes trabalhadoras oriundos do campo ou da cidade, devido à necessidade de ajudar financeiramente na renda familiar, entra de forma precoce no mundo do trabalho, sendo esse principal espaço de aprendizagem (SANTOS, 2009, p.50).

De acordo com o IBGE (2010), apenas 1.011, dos 6.148 jovens estão matriculados no Ensino Médio. São jovens que precisam de cuidados, atenção e políticas públicas que venham garantir os serviços básicos de saúde, educação, cultura, lazer e emprego. Neste contexto, para a Fundarpe (2010), “a Mata Norte registra grande carência nas condições de vida de sua população, notadamente nas áreas de saneamento básico, saúde e nas questões de emprego” (FUNDARPE, 2010, p. 09).

Para se divertir, os jovens de Lagoa de Itaenga frequentam as praças e festas populares de ruas, momento em que o grupo de amigos se reúne para conversar, dançar, beber e realizar festas coletivas. Mesmo sem acesso ao cinema, teatros e parques, os encontros de lazer e diversão fica condicionado no próprio município, onde, segundo os jovens, ficam mais à vontade e perto de casa, longe da violência que assola o próprio município. Dessa forma, para Canclini (1995), “o consumo é visto não como a mera posse individual de objetos isolados, mas como a apropriação coletiva, em relações de solidariedade e distinção com outros, de bens que proporcionam satisfações biológicas e simbólicas, que servem para enviar e receber mensagens” (CANCLINI, 1995, p.66).

Lagoa de Itaenga passa hoje por uma devastação quando o assunto é a violência. A maioria dos jovens que estão fora da escola encontra no alcoolismo e nas drogas, uma forma de preenchimento das ausências de políticas públicas para lazer, cultura, esporte e acesso ao mercado de trabalho. Dos que concluíram o ensino médio, apenas uma pequena percentagem conseguem o acesso de entrada na Universidade. Na comunidade

não há nenhum tipo de incentivo para os jovens ingressarem no Ensino Superior. E se assim proceder, os jovens precisam se deslocar para municípios¹⁸ vizinhos.

Perfil dos jovens entrevistados



Figura 7: Parte dos jovens entrevistados na pesquisa. Foto: Arquivo Casa das Juventudes

O grupo de entrevistados sobre o qual nos debruçamos nesta pesquisa é composto por dez jovens integrantes e ex-integrantes da Casa das Juventudes, sendo seis do sexo masculino e quatro do sexo feminino, com faixa etária de 18 a 29 anos e

residentes no município de Lagoa de Itaenga. Na sua grande maioria, são filhos de agricultores familiares.

Todos os entrevistados, concluíram o Ensino Médio nas escolas públicas do município. Entre os dez entrevistados, um cursa o Ensino Superior em Publicidade e Propaganda, e outros dois, trancaram seus cursos, segundo declararam, com medo da violência criminal que impera no município. Para cursar uma faculdade, é necessário se deslocar para as cidades vizinhas, com isso, o retorno, sempre se dava muito tarde da noite, sendo esse o principal motivo pela desistência dos jovens ao Ensino Superior¹⁹. Mas todos os outros destacam a vontade de cursar e finalizar um curso superior. Entre os dez entrevistados, oito estão trabalhando e envolvidos com questões políticas do município.

¹⁸ Vitória de Santo Antão, Carpina, Limoeiro, São Lourenço e Recife

¹⁹ A respeito da precariedade de transporte escolar em contextos rurais em Pernambuco, remeter à série de reportagens no telejornal “Bom dia Pernambuco”, em outubro de 2013.

São jovens, em sua maioria, de origem da agricultura familiar que mora no município desde o nascimento. Uns saíram dos sítios para morar na cidade, mas os pais continuam desenvolvendo pequenas atividades agrícolas. No cotidiano, além da escola e das atividades propostas pela Casa das Juventudes, eles frequentam grupos religiosos, a feira livre, o comércio local e participam de eventos como festas culturais, palestras em igrejas e associações e em programas da rádio comunitária da localidade, o que coincide com a afirmação de Michel de Certeau (2008), no sentido de que o local “aparece como lugar onde se manifesta um engajamento social ou, noutros termos: uma arte de conviver com parceiros que estão ligados a você pelo fato concreto, mas essencial, da proximidade e da repetição” (CERTEAU, 2008, p.39).

Cotidiano doméstico

As residências rurais em Lagoa de Itaenga. As casas apresentam algumas peculiaridades locais como os quintais, grandes roçados, pequenos currais, galinheiros e casas de farinha, mas o interior delas tem muita influência urbana, principalmente quando a maioria dos moradores tem trabalho remunerado, proporcionando um poder maior de compra.

Dos dez jovens, três deles foram entrevistados em suas casas e, o que pôde ser observado é que existe uma mistura entre o urbano e o rural em utensílios domésticos e no próprio formato de se arrumar a casa. Na grande maioria dos entrevistados, eles confessam que suas casas são de tijolos, amplas, com mais de três quartos e rebocadas.

A influência urbana nos móveis está explícita em algumas residências, como estantes e “*raques*” de madeiras, ambos encostados na cozinha como suporte para aqueles objetos sem tanta importância, enquanto que na sala é possível perceber estante tubular que serve de apoio para a TV, o som, porta retrato e o aparelho de DVD. Arranjos de flores artificiais espalhados pelas casas recebem um toque do que vem a ser urbano.

Dos dez jovens entrevistados, oito deles tem em suas residências a criação de galinheiros. As mães, agricultoras familiares, é que ficam responsáveis, na sua grande maioria, por alimentar os animais que mais tarde servirão para o consumo da própria família, também para serem vendidos na feira comercial do município.

Quatro dos entrevistados tem plantação de macaxeira em casa, e um deles afirma: “existe muita diferença na macaxeira que se consome nos grandes centros urbanos para os de pequenos produtores rurais”.

O trabalho e as atividades produtivas

No que se refere ao mercado de trabalho, foi possível observar que a maioria dos jovens entrevistados desenvolve atividades remuneradas formalizadas, os outros realizam trabalhos informais, mas tem nessas atividades a única fonte de renda, porém nenhum deles é o principal mantenedor da família, apenas contribuem com as despesas. Quando perguntados se as atividades com as quais estão trabalhando hoje tem alguma relação direta com o que aprenderam na Casa das Juventudes, a maioria respondeu que sim, o entrevistado 2 foi mais além e disse:

“Com certeza! Foi a partir do curso de informática que fiz na Casa das Juventudes que pude ser convidado pra trabalhar na secretaria de planejamento do município. Se não tivesse o curso, nem poderia me candidatar à vaga, e outra, como na Casa aprendemos a refletir as várias questões sociais, e trabalhamos muito em cima de dinâmicas, me saí muito bem na entrevista”. (Entrevistado 2)

. Eles não têm acesso à cinema, mas assistem a filmes que conseguem fazer “*download*” da internet, também produzem a impressão da capa que embalará os DVDs, e são livremente comercializados por seus pais, na tentativa de complementar a renda na feira livre do município. Para Canclini (1995), “o consumo é o conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e os usos do produto (...) consumir é participar de um cenário de disputas por aquilo que a sociedade produz e pelos modos de usá-lo” (CANCLINI, 1995, p.53).

O quarto capítulo está voltado à análise das apropriações que os jovens participantes fazem do Programa Casa das Juventudes na busca de entender até que ponto o trabalho promovido pelo Programa contribuiu para o desenvolvimento do capital humano e do capital social desses jovens.

CAPÍTULO IV – AS APROPRIAÇÕES DA PROPOSTA DA CASA DAS JUVENTUDES PELOS JOVENS PARTICIPANTES DO PROGRAMA

Este capítulo volta-se à análise das apropriações que os jovens fazem do Programa Casa das Juventudes em Lagoa de Itaenga. Especificamente, se analisa, aqui, até que ponto o trabalho promovido pelo Programa Casa das Juventudes contribui para o desenvolvimento do capital humano e do capital social desses jovens de contexto popular.

Os estudos das apropriações derivam dos estudos de recepção na matriz dos estudos culturais e voltam-se à compreensão da recepção como espaço de produção do sentido da comunicação, elegendo a cultura e o contexto local, como o lugar onde as interações comunicacionais acontecem. É nessa perspectiva que se analisa as apropriações dos jovens que frequentam a Casa das Juventudes de Lagoa de Itaenga, tendo como foco a construção do capital humano e do capital social desses jovens, com base nas categorias de análises: confiança; cooperação; grupos e redes e desenvolvimento local.

Capital humano e capital social como gerador de Confiança

As relações de confiança como aspectos importantes do capital humano e do capital social na dimensão das relações tradicionais se apresentam entre os jovens de forma positiva e agregadora. E no sentido de pensar o coletivo, Bourdieu (1986), explica que todo grupo tem suas formas mais ou menos institucionalizadas de delegação, o que proporciona a concentração da totalidade do capital social nas mãos de um único agente ou de um pequeno grupo de agentes. O que dá a esses o poder para representar o grupo, para falar e agir em seu nome e assim, com a ajuda de um capital de propriedade coletiva, exercitar a força da delegação.

Segundo Putnam (2002), o capital social é mais importante que o humano para a estabilidade política e para a boa governança, porque uma sociedade de cidadãos mais organizados colaboram e fiscalizam a execução de planos de governo. No caso do projeto Casa das Juventudes, que tem como princípio educar por meio de cursos de qualificação profissional, e embasado na fala dos jovens, é possível perceber essa relação entre os dois capitais, o humano e o social, uma vez que, as relações de trabalho constituem interações sociais.

A reprodução do capital social diz respeito às instituições que se propõem a promover trocas legítimas e excluir as ilegítimas. Sendo assim, não basta ser um grupo, associação, ou cooperativa, ela deverá possuir mecanismos que proporcionem ao grupo o controle sobre o comportamento de seus membros. Segundo Bourdieu (1986) a reprodução do capital social pressupõe um esforço incessante de sociabilidade, uma série contínua de permuta nas quais o reconhecimento é constantemente afirmado e reafirmado.

Para Bourdieu (1986), todo grupo tem suas formas mais ou menos institucionalizadas de delegação, o que proporciona a concentração da totalidade do capital social nas mãos de um único agente ou de um pequeno grupo de agentes. O que dá a esses o poder para representar o grupo, para falar e agir em seu nome e assim, com a ajuda de um capital de propriedade coletiva, exercitar a força da delegação.

O primeiro contato com a Casa das Juventudes se dá no âmbito da informação, e a partir dessas informações, outras atividades são desencadeadas. Relatos apontam que jovens egressos da formação na Casa das Juventudes, entrevistados para essa pesquisa, tinham bastante dificuldade em se comunicar antes da entrada no Programa. Achavam-se bastante tímidos e sem conhecimento para discutir qualquer assunto ou tema que fosse e até mesmo para dialogar assuntos corriqueiros.

Depois de passar pela experiência da Casa das Juventudes, esses jovens, segundo seus relatos, confessam estar preparados para a vida, pois, segundo a maioria dos jovens entrevistados, tudo se inicia pela comunicação, e saber se comunicar é essencial para vida.

Eu tinha muita dificuldade de me relacionar com as pessoas, até dentro de casa, mesmo. De uma família de três irmãos, eu sou o do meio e por muitas vezes minha mãe foi chamada à escola pela professora pra falar de minha dificuldade de se relacionar com as pessoas, também de trabalhar em grupo, coisas básicas do tipo. Depois que ingressei na Casa das Juventudes, com uma rotina diária de interatividade de jovens com jovens, bastante dinâmicas de grupos e apresentação pessoal, posso dizer que melhorei em 100%, quem me via antes diz que estou muito diferente, que mudei pra melhor (Entrevistado 2).

Lembro que antes mesmo de iniciarmos os cursos, participamos de várias palestras. Nesses encontros, somos bastante instigados a defender nossa ideia diante dos temas colocados para discussão. Isso só nos fez crescer enquanto pessoa. Hoje eu vejo que é na comunicação que ocorre mudança (Entrevistada 4).



Figura 8: Jovens no módulo inicial da formação. Foto: Arquivo Casa das juventudes

A Casa das Juventudes preza muito pela informação enquanto “comunicação”. Sua base está fincada em entender que é a partir da comunicação e pela forma de comunicar-se que os jovens podem se diferenciar.

Ainda, de acordo com os relatos dos dez entrevistados, o maior ganho pessoal se deu pela forma com a qual conseguem fazer uso da comunicação, e oito desses dez jovens, já expressavam desde as perguntas iniciais que melhoraram até o diálogo com a família em casa.

Quando iniciam o curso, os jovens criam também a expectativa de mudança de vida, de conhecimento familiar e social como sujeitos capazes de provocar mudanças. E assim, sentem na oportunidade do curso, o peso de uma responsabilidade que é assumida ainda no início da fase adulta.

De acordo com as entrevistas, da condição de tímidos e sem grandes expectativas de crescer na vida, se tornam ao longo do curso, o referencial familiar. O rendimento escolar só fez crescer de acordo com as variadas falas:

Na escola melhorei bastante. Não falo por falar, minhas notas comprovavam isso. Em português, por exemplo, comecei a desenvolver melhor meus textos, e a prestar mais atenção na ortografia (Entrevistado 3).

Sempre passei me arrastando. Tinha muita vergonha de minhas notas vermelhas. Não conseguia ser criativo, desenvolver um texto dissertativo. Depois que passei pela Casa das juventudes, pude colocar em prática na escola, tudo quanto aprendi a desenvolver. As rodas de diálogos discutiam temas de grande importância na atualidade, daí, uni o útil ao agradável e pude ver meu crescimento refletido em minhas notas. A professora disse que eu havia melhorado bastante (Entrevistado 6)

Minha mãe e amigos que o digam. A melhora foi visível pra o mundo. Só tirava de 7 pra baixo. Depois que passei a exercitar meu senso crítico, e saber passar isso pra o papel, lembro do meu primeiro 9, depois de muito tempo tirando só nota vermelha (Entrevistada 8).

Melhorei bastante. Você quer ligar pra minha mãe e comprovar com ela? Até em matemática melhorei. Sabe como? Passei a prestar mais atenção na aula e a respeitar quem estava à frente da sala (Entrevistado 7).

Meu crescimento foi significativo na escola, ou melhor, foi para além da escola. Tudo quanto aprendi, trouxe para minha vida (Entrevistada 4).

Fortalecendo ainda mais o conceito de capital humano, os jovens declararam ensinar aos pais as novas vivências e saberes que adquiriram na formação, e isso já era o suficiente para não se conformarem com a vida “parada” oferecida pela exclusão social.

Meu pai aprendeu comigo como acessar a internet pra imprimir a segunda via da conta de energia. Como nunca chegava em casa a conta da Celpe, a única opção era essa. Nos primeiros meses, sempre o acompanhei na Lanhouse ou na Casa das Juventudes, depois de certo tempo, ele aprendeu a fazer esse serviço sozinho (Entrevistada 4)

Meu Pai me ajudou bastante a fazer reprodução de filmes na internet. Sempre que estava fazendo as gravações, ia mostrando o que fazer com cada ferramenta. Quando eu não podia fazer essa atividade, ele desenrolava a guerra. No final, dava tudo certo (Entrevistado 5)

Esses jovens chegam a Casa das Juventudes vislumbrando sonhos e em busca de melhor oportunidade de vida. O cenário exclusivo pela qual este grupo está inserido, faz com que eles vejam o Programa como o início de uma nova história, e esse pensamento é reafirmado na maioria das falas dos jovens entrevistados:

Pela perspectiva de interagir com outros jovens:

O que me motivou foi realmente esse acolhimento, a gente chega na Casa e vemos jovens interagindo com jovens, fazendo atividades. Então, aquilo, realmente apaixonou e puxa a gente, relatou (entrevistada 10).

Enxergar na Casa uma experiência para alívio das dificuldades:

Minha chegada a Casa das Juventudes se deu em um período muito conturbado de minha vida. Estava enfrentando dificuldades em casa, na escola e na minha comunidade. Soube por um amigo das atividades que

poderia estar desenvolvendo e assim ocupar meu tempo. Cheguei na Casa e logo visualizei como um lugar de refugio, de crescimento e melhorias. Cá estou eu, modificado por inteiro (Entrevistado 1).

Em busca de uma formação/inclusão digital

Recorri a Casa das Juventudes pra fazer um curso de informática e assim aumentar as minhas chances ao mercado de trabalho. Só que fui mais além, me tornei uma pessoa melhor (Entrevistada 9).

Cheguei com muita vontade de dar um rumo em minha vida. Como já conhecia amigos que tinham feito formação na Casa, e estavam trabalhando, achei que comigo não seria diferente. Só que quando chegamos no ambiente, percebemos que a mudança ela é gradual, e o emprego é só uma consequência (Entrevistada 4).

Apesar de existir aqueles que reconhecem a importância da Casa das Juventudes na sua formação, ainda assim, relativiza essa importância:

Concordo que a Casa das Juventudes contribuiu com o ser humano que me tornei. Mas acho exagero o que escuto de muitos jovens aqui em Lagoa de Itaenga: a Casa é isso, a Casa é aquilo. Na verdade, eu acho, que tudo depende de quem emprega os esforços. Poderia ser qualquer outro projeto ou programa, se o jovem não tiver interesse de crescer, não terá projeto certo que o faça ser alguém (Entrevistado 7).

Quando o assunto é a respeito do conhecimento da proposta da Casa das Juventudes, percebe-se que os jovens conhecem as características gerais do Programa, entretanto, demonstram desconhecer questões referentes a ingerências políticas da entidade, detalhes sobre parcerias sociais ou informações mais precisas a respeito da sustentação financeira da Casa e das atividades desenvolvidas por ela, o que indica que o capital humano ainda está em formação.

Rapaz, pra ser sincero, não sei bem. Mas só sei que faz algo de muito bom e importante (Entrevistado 3).

Assim, forma jovens pra um futuro melhor (Entrevistado 2)

Não sei! Mas é algo com a profissionalização dos jovens aqui de Lagoa de Itaenga (Entrevistado 5).

Capital humano e capital social como instrumento de Cooperação

A cooperação como categoria para análise do capital social dos jovens participantes da Casa das Juventudes apresentou indícios de relevância na atuação dos jovens entrevistados, coerente com a afirmação de Putnam (2001), no sentido de que uma colaboração de sucesso em determinada tarefa cria conexões e relações de confiança que podem facilitar a colaboração em outras tarefas. Assim, indivíduos e grupos que se ajudam em determinada função tendem a agir também de maneira colaborativa em outras atividades facilitando, dessa forma, a construção de laços de cooperação, como demonstraremos adiante.

Quando perguntado se esses jovens costumam se ajudar mutuamente no desenvolvimento das tarefas, a maioria deles respondeu:

Sim! Mesmo cada um sendo responsável por uma atividade, não quer dizer que só vamos fazer aquilo sobre nossa responsabilidade. Se o outro estiver precisando de ajuda, chegamos juntos. Afinal, é um trabalho coletivo e ambos dependem um do outro (Entrevistada 4)

Com certeza! Desde o início, os educadores e a coordenação da Casa das Juventudes trabalham bastante com os jovens a importância da ajuda e do doar-se. Isso são características que levaremos pra toda vida (Entrevistado 1)

Sim! Meu grupo é bastante unido, característica que trouxemos da Casa das Juventudes. Estamos sempre se ajudando na execução das tarefas. Quando um não pode, o outro faz, e quando o outro não pode, sempre se dará um jeito (Entrevistado 3)

Os jovens compreendem que a cooperação contribui de forma positiva para a comunidade, salientando o diálogo e ajuda entre as pessoas como importantes na vida da comunidade de Lagoa de Itaenga:

É conversando com os gestores públicos que conseguimos melhorias para a comunidade (Entrevistado 3).

É conversando que se descobre o problema (Entrevistada 4)

É na união que se produz a força (Entrevistado 5).

Cooperar hoje para poder ser ajudado amanhã (Entrevistado 2)

No contexto do capital humano Jara (2001) assinala que o conhecimento é considerado um fator gerador de sustentabilidade quando administrado por indivíduos capacitados que o apliquem a um determinado contexto, em forma de decisões inteligentes e vinculando atores e agentes estimulados por sentimento de respeito e solidariedade. Ao serem questionados de como era a relação do grupo, os jovens responderam afirmativamente:

A relação com o grupo é das melhores. Desde o início nos é passado que andar em união é o segredo do sucesso. Estamos sempre um cooperando com o outro, ajudando nas tarefas. É na cooperação que conseguiremos chegar todos juntos num futuro melhor (Entrevistada 4).

Podemos dizer que somos uma família. A relação de amizade é recíproca com todo o grupo, desde os jovens aos coordenadores da Casa. Estamos sempre um ajudando o outro. E essa ajuda não se limita só as dependências da Casa, cooperamos também com atividades extracurriculares com assuntos da comunidade. (Entrevistado 1).

Capital humano e capital social favorecendo Grupos e Redes



Figura 9: Jovens da Casa das Juventudes em parceria com o Giral em intercâmbio cultural pela cidade do Recife. Foto: Arquivo Casa das Juventudes

Ao ingressarem na Casa das Juventudes, em muitas outras circunstâncias, os jovens tiveram e têm a oportunidade de representar a Casa das Juventudes de Lagoa de Itaenga em fóruns,

seminários, congressos onde são tratados assuntos de interesse das juventudes.

Assim, tomando por base as ideias de Jara (2001), a respeito do capital humano, percebe-se um incentivo na geração do capital desses jovens, uma vez que, são

proporcionados relacionamentos sociais que interferem na vida social e política deles. As articulações se dão com grupos de diversos lugares do estado onde se tem Casa das Juventudes instaladas.

Poder me articular com outras pessoas. Descobrir o que eles andam fazendo e estudando, sem dúvidas, é uma forma de se adquirir conhecimento de forma bastante rica (Entrevistada8).

Sem sombra de dúvidas, essa é uma das melhores coisas que a Casa das Juventudes pode proporcionar aos jovens (Entrevistado 1).

Todos os entrevistados demonstram conhecer de forma muito ampla o objetivo da Casa. Em suas variadas falas, é possível chegar a um consenso único, e essa ideia está bem objetiva na fala da jovem entrevistada. Vale ressaltar, ainda, que depois de sua formação pela Casa, hoje, está integrada como “jovem estratégica”, aquela que pensa ações e temas das rodas de diálogo para os atuais jovens da Casa:

A Casa das Juventudes entende que mais do que formar em um curso profissionalizante, é preciso formar para a vida, fazer jovens multiplicadores de conhecimentos na localidade em que atuam. É jovem formando jovem (Entrevistada 4).

O depoimento da jovem está diretamente ligado à corrente de pensamento defendida por Jara (2001), ao dizer que a obtenção do capital humano é possível a partir das atuações de reciprocidade, respeito, tolerância e ajuda mútuas entre os indivíduos. Isso o relaciona ao capital social, uma vez que segundo o autor pessoas capacitadas, empenhadas e trabalhando conjuntamente em torno de um objetivo comum tendem a encontrar soluções capazes de gerar benefício mútuo. Capital social se refere “à qualidade dos relacionamentos sociais e também aos impactos produzidos por esses relacionamentos na vida social e política de uma determinada sociedade.” (JARA, 2001, p.106).



Figura 10: Jovens acessando internet no Telecentro da Casa das Juventudes. Foto: Arquivo Casa das Juventudes

Segundo dados do núcleo de Pesquisas e Formação da Rede de Informações para o Terceiro Setor apontam que 569 municípios não possuem estrutura local de acesso à internet (TAUK SANTOS, 2009). A pesquisa verificou entre os

entrevistados que existe uma ampla participação em redes sociais, possibilitada pela internet. Nesta pesquisa, a maioria dos jovens entrevistados relatou interagir em sites de relacionamento como: Facebook, Twitter e Instagram, além da maioria dos jovens possuir mais de uma conta de E-mail.

Como não tenho computador em casa, sempre que posso, vou à Casa das Juventudes para acessar a internet ou fazer algum trabalho da qual preciso (Entrevistado 2).

Hoje, sou a interatividade em pessoa. Como a Casa das Juventudes bate muito na questão da comunicação, temos aulas de acesso educativo às redes sociais e, isso, me deixou uma pessoa super plugada no mundo virtual (Entrevistada 8).

Às vezes acho que nem sei mais o que é mundo real e mundo tecnológico. Não consigo mais viver sem. Sou engajado em todas as redes sociais possíveis (Entrevistado 1)

Dos dez entrevistados, a maioria deles afirmou que só tiveram acesso às redes sociais depois do ingresso na Casa das Juventudes, devido à inacessibilidade de um local que pudesse oferecer o serviço de forma gratuita. Disso, apenas um dos jovens relatou ter internet em casa, todos os outros começaram a partir da Casa das Juventudes.

Os usos são os mais diversos, desde o contato com amigos e familiares nos sites de relacionamentos, até pesquisas mais direcionadas a um fim.

De maneira geral não se verifica entre os entrevistados um histórico de participação em organização econômico-produtiva, de representação de classe ou sindical. Apenas um entrevistado é filiado ao Partido dos Trabalhadores e demonstrou interesse em discutir políticas públicas para o município.

Casa das Juventudes e Desenvolvimento Local

Como vimos no decorrer da pesquisa, o trabalho da Casa das Juventudes está voltado ao esforço de construção do desenvolvimento Local. Com o aprendizado adquirido nas formações, os jovens desenvolvem ações que contribuem de forma significativa com o desenvolvimento do município, conforme demonstrado adiante.

Na perspectiva do desenvolvimento local, Jara (2001) considera importante, no capital humano, como visto anteriormente, dois fatores fundamentais: o Conhecimento e a Informação. Ambos responsáveis pelo processo de construção de um desenvolvimento com sustentabilidade, e por permitir que os interesses dos atores locais estejam combinados com os valores culturais locais. Nesse sentido foi possível perceber que a partir da experiência da Casa das Juventudes, parte dos jovens desenvolvem atividades coletivas nas quais são valorizados o conhecimento e a criatividade das culturas locais:

Quando dispomos de tempo, devido aos nossos trabalhos, sempre pensamos em alguma atividade como um: teatro, dança de rua ou apresentação de vídeo na praça principal para os jovens. Sempre encerramos essas atividades com muita conversa e reflexão em torno dos males que assolam nossa juventude e do que poderíamos estar fazendo pra driblar essas dificuldades. Geralmente, esses eventos, são muito bem cooperados pelos jovens (Entrevistado 1)

Desta forma, tendo em vista a importância do capital humano e do capital social na perspectiva do desenvolvimento local, há que se considerar os talentos dos jovens da Casa das Juventudes que se dedicam a pôr em prática no município, aquilo que aprenderam nas formações, sendo este um vetor fundamental para a construção do desenvolvimento de Lagoa de Itaenga.

Como vimos no decorrer do trabalho, a relação de afetividade que os jovens criam com a Casa das Juventudes fortalece a importância deste Programa na comunidade para a maioria dos entrevistados:

É inquestionável a importância da Casa das Juventudes para Lagoa de Itaenga. E isso não é só eu quem digo, pode perguntar até ao prefeito. Uma Casa que ajuda os jovens a ser alguém na vida, que combate a criminalidade, e só coopera com o crescimento do município, é muito importante, né? (Entrevistada 10).

Uma Casa que se preocupa com o futuro dos jovens, que combate a criminalidade, que direciona a juventude para um caminho bom, só pode ser muito importante para o município. Não sei o que seria de Lagoa de Itaenga sem a Casa. Ou melhor, até sei... Mais bandidos pelas ruas (Entrevistado 3).

Em minha opinião, foi a melhor coisa que aconteceu na comunidade. A Casa das Juventudes é multiplicadora de conhecimento (Entrevistada 9).

Foi tudo e mais um pouco. Vai perguntar pra minha mãe, ela responderá melhor do que eu, já que ela diz que eu estou tão diferente (Entrevistado 5)

Com base no depoimento dos jovens entrevistados, podemos inferir que, a proximidade com o Programa Casa das Juventudes, mostra a diferença dos sujeitos que de alguma forma passaram pela experiência e pontua algumas outras dos jovens que não tiveram a mesma oportunidade:

A diferença é muito notória. Acho que a longo ou médio prazo, começamos a perceber os frutos desse trabalho. Vemos muitos jovens que tinha dificuldade de se expressar e hoje, esses jovens, falam pelos cotovelos, discutem política, cobram dos gestores ações de melhorias para a comunidade (Entrevistado 1)

Existe muita diferença. Com certeza, os que passaram pela Casa das Juventudes, têm mais oportunidades. Eles tem mais conhecimentos. Eles procuram sempre estar mais atualizados com a localidade. Depois que os jovens passam pela Casa, procuram fazer o melhor para a sociedade, isso no campo cultural, tecnológico e social. Aqueles que não têm a formação acabam, muitas vezes, caindo no mundo do crime (Entrevistado 5)

Sim! Os que passam pela Casa são mais desenrolados. Tem visão de futuro. Os que não passaram, a grande maioria, estão perturbando pela rua (Entrevistada 10).

Muita! A diferença é visível. A gente vê que os jovens que passaram pela Casa tem uma visão mais ampla de mundo. Ele consegue visualizar melhor expectativas de vida, ir em busca de trabalho, reivindicando seu direito, ir em busca também de melhorias para sua comunidade. Os outros ficam meios que perdidos (Entrevistada 4).

Putnam (2001) entende que o comprometimento entre os membros de uma localidade e o grau de civismo apresentado por eles numa determinada época, interferem diretamente em como as gerações futuras irão se relacionar, assim, o histórico de uma determinada região influi de maneira direta sobre o desenvolvimento desse lugar. Indivíduos que agem coletivamente, de maneira cívica, apresentam chances de melhorias em suas vidas e na comunidade em que habitam. Nesse sentido o trabalho desenvolvido no âmbito do Programa Casa das Juventudes inclui o estabelecimento de parcerias com outros segmentos da comunidade para realização de tarefas comuns, conforme depoimentos dos entrevistados:

Sempre que solicitado, vamos eu e mais três aqui da Casa, promover aprendizado e debates nas escolas e igrejas do município. Levamos os vídeos produzidos para os jovens e pelos jovens da Casa das Juventudes, fazemos tipo um cinema em casa, e logo depois, iniciamos o debate com o tema do vídeo que sempre terá um caráter social (Entrevistada 4)

Um outro aspecto a considerar na importância do capital social para o desenvolvimento local é no que se refere à importância da organização política dos cidadãos. Putnam (2002) afirma que a estabilidade política e a boa governança dependem de uma sociedade de cidadãos mais organizados que colaboram e fiscalizam a execução de planos de governo. No caso do projeto Casa das Juventudes, que tem como princípio educar por meio de cursos de qualificação profissional, e embasado na fala dos jovens, é possível considerar que os talentos dos jovens da Casa das Juventudes que se dedicam a pôr em prática no município, aquilo que aprenderam nas formações fortalece a importância deste Programa na comunidade, segundo depoimento da maioria dos jovens entrevistados:

É inquestionável a importância da Casa das Juventudes para Lagoa de Itaenga. E isso não é só eu quem digo, pode perguntar até ao prefeito. Uma Casa que ajuda os jovens a ser alguém na vida, que combate a criminalidade, e só coopera com o crescimento do município, é muito importante, né? (Entrevistada 10).

Uma Casa que se preocupa com o futuro dos jovens, que combate a criminalidade, que direciona a juventude para um caminho bom, só pode ser muito importante para o município. Não sei o que seria de Lagoa de Itaenga sem a Casa. Ou melhor, até sei... Mais bandidos pelas ruas (Entrevistado 3).

Em minha opinião, foi a melhor coisa que aconteceu na comunidade. A Casa das Juventudes é multiplicadora de conhecimento (Entrevistada 9).

Foi tudo e mais um pouco. Vai perguntar pra minha mãe, ela responderá melhor do que eu, já que ela diz que eu estou tão diferente (Entrevistado 5)

Com base no depoimento dos jovens entrevistados, podemos inferir que, a proximidade com o Programa Casa das Juventudes, mostra a diferença dos sujeitos que de alguma forma passaram pela experiência e pontua algumas outras dos jovens que não tiveram a mesma oportunidade:

A diferença é muito notória. Acho que a longo ou médio prazo, começamos a perceber os frutos desse trabalho. Vemos muitos jovens que tinha dificuldade de se expressar e hoje, esses jovens, falam pelos cotovelos, discutem política, cobram dos gestores ações de melhorias para a comunidade (Entrevistado 1)

Existe muita diferença. Com certeza, os que passaram pela Casa das Juventudes, têm mais oportunidades. Eles tem mais conhecimentos. Eles procuram sempre estar mais atualizados com a localidade. Depois que os jovens passam pela Casa, procuram fazer o melhor para a sociedade, isso no campo cultural, tecnológico e social. Aqueles que não têm a formação acabam, muitas vezes, caindo no mundo do crime (Entrevistado 5)

Sim! Os que passam pela Casa são mais desenrolados. Tem visão de futuro. Os que não passaram, a grande maioria, estão perturbando pela rua (Entrevistada 10).

Muita! A diferença é visível. A gente vê que os jovens que passaram pela Casa tem uma visão mais ampla de mundo. Ele consegue visualizar melhor expectativas de vida, ir em busca de trabalho, reivindicando seu direito, ir em busca também de melhorias para sua comunidade. Os outros ficam meios que perdidos (Entrevistada 4).

Putnam (2001) entende que o comprometimento entre os membros de uma localidade e o grau de civismo apresentado por eles numa determinada época, interferem diretamente em como as gerações futuras irão se relacionar, assim, o histórico de uma determinada região influi de maneira direta sobre o desenvolvimento desse lugar. Indivíduos que agem coletivamente, de maneira cívica, apresentam chances de melhorias em suas vidas e na comunidade em que habitam.

Conclusão

O objetivo principal deste estudo foi analisar a recepção da proposta governamental Casa das Juventudes pelos jovens do município de Lagoa de Itaenga, microrregião da Mata Setentrional de Pernambuco. Especificamente, o que buscamos compreender foi até que ponto o trabalho promovido pelo Programa Casa das Juventudes contribui para o desenvolvimento do capital humano e do capital social desses jovens de contexto popular.

Nessa perspectiva a pesquisa se propôs a analisar o Programa Casa das Juventudes a partir dos seguintes questionamentos: quais são as apropriações que os jovens fazem da proposta do Programa Casa das Juventudes? A proposta da Casa das Juventudes contribui para a formação do capital humano e capital social dos jovens envolvidos e até que ponto a experiência do Programa contribui para a construção do desenvolvimento local na comunidade?

Em nosso itinerário teórico-metodológico, primeiro, traçamos como ponto de partida os Estudos Culturais, sob a ótica dos estudos de recepção, por compartilharmos da mesma percepção teórica dos atores das culturas populares enquanto sujeitos ativos. Depois, trabalhamos os conceitos de políticas públicas, juventude, capital humano e capital social, buscando aproximações entre essas teorias e a proposta do Programa Casa das Juventudes.

No âmbito metodológico, a partir do estudo de caso, escolhemos realizar uma pesquisa qualitativa, utilizando técnicas combinadas de coleta e análise de dados como técnicas da etnografia, as pesquisas bibliográficas, entrevistas semi-estruturadas e análise documental. A amostra da pesquisa foi intencional e a partir dos critérios estabelecidos para o estudo, foram entrevistados os técnicos, responsáveis pela coordenação do Programa e dez jovens egressos e atuantes nos cursos, conforme nomeados na introdução.

Através das análises foi possível afirmar que esses jovens chegam à Casa das Juventudes desacreditados de si mesmo, com um forte sentimento de serem apenas mais um a ocupar um simples espaço, uma simples cadeira, numa simples formação. Eles acreditam que da mesma forma que os outros jovens que passaram pela formação e obtiveram êxito, assim também acontecerá com eles. Mas ao longo da formação, esses sujeitos adquiriram algumas dosagens de conhecimento e, esse conhecimento, é

transformado em fundamento, emponderamento e mudança. E agora, de acordo com as análises, já não são mais os mesmos, pois a confiança depositada em si mesmos, só os possibilitou aprender para a vida.

O estudo demonstrou ainda que a Casa das Juventudes contribui para o fortalecimento do capital humano e capital social dos jovens em Lagoa de Itaenga, na medida em que lidera com outros grupos sociais ações coletivas de interesse social e atende uma demanda de jovens em cursos de formação que vai desde informática básica a praticas audiovisual, envolvendo assim esses jovens em discussões e ações para melhoria da qualidade de vida.

Percebeu-se que houve um investimento no capital humano desses jovens na medida em que tornaram-se mais comunicativos, decididos e referências no município. De acordo com os entrevistados foi possível reconhecer que os jovens que vivenciam a experiência do Programa se diferenciam dos demais jovens de Lagoa de Itaenga pois, segundo as observações, eles melhoraram o desempenho com a comunicação, passaram a questionar com propriedade os direitos humanos e ampliaram suas expectativas de vida para o futuro. Observou-se igualmente que a experiência da Casa contribui significativamente para a formação do capital humano desses jovens pois, de acordo com as observações, foi possível perceber que os jovens melhoraram o rendimento escolar, aguçaram o gosto pela leitura e escrita e se dedicaram bem mais ao mundo escolar, uma vez que foi possível concluir com o estudo que esses jovens passaram a acreditar mais em si mesmo depois que obtiveram a formação.

Em se tratando do consumo cultural esses jovens passaram a utilizar, frequentemente, as redes sociais virtuais, sendo o *Facebook* e o *Youtube* as mais acessadas. Como a Casa das Juventudes oferece o curso de informática básica e o acesso gratuito à internet, possibilitam aos jovens uma maior familiaridade com o aparato tecnológico. A maioria dos jovens entrevistados não possui computador com acesso à internet em casa, ficando o acesso restrito a Casa das Juventudes ou em algumas lanhouses do município como forma de lazer interativo. Mas a maioria prioriza a Casa por ter o acesso gratuito.

Na perspectiva do capital social, foi possível afirmar, segundo os entrevistados, que o aprendizado adquirido na Casa das Juventudes aumentou a chance desses jovens terem acesso ao mercado de trabalho. A maioria deles está desenvolvendo atividades produtivas remuneradas nas secretarias públicas do município, colocando em prática não exatamente os cursos específicos que realizaram na Casa, mas exercendo a

sociabilidade nesses ambientes, o que vai além do capital humano, configurando-se assim por capital social. O estudo possibilitou entender que os jovens tornaram-se muito mais capacitados profissionalmente e donos de seus próprios projetos de vida, uma vez que a Casa contribuiu para que adquirissem habilidades que alguns não tinham consciência de possuir, como liderança e mediação de conflitos. Assim, notadamente, percebe-se a construção do capital social.

Ao analisarmos o envolvimento dos jovens em ações voltadas à construção do desenvolvimento local percebemos que durante a formação, eles participam de seminários, conferências, rodas de diálogos, fóruns e discussões que envolvem ações e planejamentos que contribuem para o desenvolvimento local, mas esses procedimentos só acontecem estimulados pela Casa das Juventudes, durante o período em que os jovens estão no processo formativo e a presença é contada como carga horária do curso. Não há uma ação contínua e sustentável. No entanto, após a conclusão do curso, como previsto pelo Programa da Casa das Juventudes, alguns jovens participam de ações quando são convocados pela Casa, e outros deles, criam ações que contribuem com o desenvolvimento local do município, tais como promover caminhada no combate contra as drogas e apresentações de atividades culturais nas praças.

No que se refere ao acesso ao mercado de trabalho apesar dos esforços da Casa das Juventudes no sentido de oferecer uma formação capaz de profissionalizar esses jovens, tornando-os profissionais diferenciados daquele município, o que observamos é que os jovens egressos, em sua maioria estão incluídos no mercado de trabalho formal, porém exercendo atividades profissionais diferentes da formação profissional que receberam.

De uma maneira geral, os jovens reconhecem a importância e contribuição dos ensinamentos da Casa das Juventudes para o desenvolvimento pessoal. Entretanto reconhecem que o Programa deve fazer alguns investimentos no sentido de qualificar melhor o curso de produção audiovisual, um dos mais procurados pelos jovens, e assim possibilitar que eles obtenham resultados mais satisfatórios no campo profissional. Recomendam, igualmente, que a política de encaminhamento para estágio e emprego, pois constitui a política carro chefe do Programa.

Com base nas categorias de análises, percebemos que a relação de confiança entre os jovens da Casa das Juventudes se apresenta de forma positiva e agregadora. Depois de passar pela formação os jovens melhoraram seus diálogos passando da condição de tímidos para o de referencial no âmbito familiar e do próprio município.

A cooperação também mostrou indícios de relevância na atuação dos jovens participantes do Programa ao demonstrar que eles costumam se ajudar mutuamente no desenvolvimento das tarefas. Ao mostrarem comprometimento um com a causa do outro só reafirmam que as atividades pensadas e realizadas de forma colaborativa facilitam na construção dos laços de cooperação e solidariedade.

Na categoria grupos e redes, o estudo demonstrou que os jovens fazem usos de ações coletivas e estão engajados na esfera tecnológica no sentido de utilizarem as redes sociais como atividade de lazer. Isso vem possibilitando o intercâmbio cultural entre esses jovens e pessoas de outros municípios.

Observamos ainda, a partir das declarações dos jovens entrevistados, que eles associam o sentido do trabalho desenvolvido pela Casa das Juventudes como um esforço para evitar que os jovens de contextos populares desfavorecidos caiam em situações onde prevalece a violência e a falta de perspectivas de futuro.

Dentre os achados desta pesquisa com base na participação dos jovens de contextos populares rurais está o reforço para o aperfeiçoamento da política governamental de juventude e o fortalecimento da linha de pesquisa do Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX, através de seus pesquisadores que vêm se empenhando nos estudos sobre a temática da juventude dos contextos populares rurais.

Novos estudos complementares poderão ser feitos no sentido de compreender a ação da Casa das Juventudes no que diz respeito à ação preventiva no enfrentamento da violência e da delinquência entre os jovens rurais.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: _____ **Pós-Neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Juventude e agricultura familiar**. Desafio dos novos padrões. Brasília: Unesco, 1998.

ABRAMO, Helena Wendel. Condição Juvenil no Brasil. Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Perseu Abramo, 2005, p.37-72.

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. (Orgs.). São Paulo: Perseu Abramo, 2008, p.448.

ALEPE. Assembléia Legislativa de Pernambuco. Legislação Estadual – LEGISPE. Lei 13.205, de 19 de janeiro de 2007. Disponível em <http://legis.alepe.pe.gov.br>. Acesso em 13 de abril de 2013.

_____. Lei 13.607, de 31 de outubro de 2008. Disponível em <http://legis.alepe.pe.gov.br> – Acesso em 13 de abril de 2013.

_____. Lei 13.608, de 31 de outubro de 2008. Disponível em <http://legis.alepe.pe.gov.br> – Acesso em 13 de abril de 2013.

_____. Decreto 30.966, de 31 de outubro de 2007. Disponível em <http://legis.alepe.pe.gov.br> – Acesso em 13 de abril de 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A juventude é apenas uma palavra**. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **EL CAPITAL SOCIAL: Apuntes provisionales**. In: *Zona Abierta*, nº94q95, Madri: Pablo Iglesia, p. 83-87, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **The forms of Capital. Handbook of Theory and Research for the sociology of Education.** John G. Richardsom. Greenwood, 1986. Disponível em: http://www.viet-studies.org/Bourdieu_capital.htm. acesso em: 23 de Junho de 2006.

BRANDÃO, Marcílio D. **Análise do Orçamento Estadual em Benefício de Jovens Pernambucanos.** In: REIS, Vânia (org.) "Juventudes do Nordeste do Brasil, da América Latina e do Caribe". Teresina: NUPEC/EDUFPI; Brasília: FLACSO. Coleção Jóvenes en el Saber, volume 3. pp. 17-57, 2009.

_____. & TOMMASI, Livia De. **“Recife: exclusão social e múltiplas escolhas de participação”.** In: Democracia viva, Rio de Janeiro, v. 30, pp. 23-25, 2006.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **As políticas públicas e o Direito Administrativo.** Revista Trimestral de Direito Público, n. 13, São Paulo: Malheiros, 1996, p. 135.

CARRANO, Paulo C. & SPOSITO, Marília P. **Juventude e Políticas Públicas no Brasil.** In: Revista Brasileira de Educação, no. 24, Rio de Janeiro. Set-Dez 2003.

CARNEIRO, Maria José. **Juventude Rural: projetos e valores.** In. ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO Pedro Paulo Martoni (Orgs.). Retratos da juventude brasileira. São Paulo: Perseu Abramo, 2008, p.243-261.

CARNEIRO, Maria José. **Juventude e novas mentalidades no cenário rural.** In: CARNEIRO, M.J.; CASTRO, E. G. de (Orgs.). Juventude Rural em Perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político.** Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Nine y Juventud, v.7, n.1, 2009.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural, uma luta cotidiana.** In: Ciências humanas e sociais em Revista. Rio de Janeiro: Edur, v. 30, n. 2, jul-dez, p. 25-31, 2008.

CEHM – FIAM. **Lagoa de Itaenga**. Calendário Oficial de Datas Históricas dos municípios do Interior de Pernambuco. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, 1994.

COLEMAN, James S. **Capital Social y creación de capital humano**. In: **Zona Abierta**, nº94q95, Madri: Pablo Iglesia, p.47-81, 2001.

DOZSA, Denys. **Extensão rural, desenvolvimento local e capital social: a recepção da proposta da Incubadora Tecnológicas de Cooperativas Populares da UFPR pelos cooperados da Cooperativa de Produtores Rurais e Artesãos de Mandirituba – COOPERMANDI – PR / Denys Dozsa**. – 2007. 98 f. : Il.

ELI DA VEIGA, José. **Cidades Imaginárias. O Brasil é menos urbanos do que se calcula**. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

ESTAÇÃO JUVENTUDE: **alinhamento das ações de Pernambuco e suas prioridades**, 2012.

FERNANDES. Antonio Sergio Araujo. **Políticas Públicas: Definição evolução e o caso brasileiro na política social**: DANTAS, Humberto e JUNIOR, José Paulo M. (orgs). IN: Introdução à política brasileira. São Paulo: Paulus. 2007.

FRANCO, Augusto de. Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável In Buss, Paulo M. (org) **Cadernos da Oficina Social: desenvolvimento local**. Rio de Janeiro, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania: oficina social, 2000.

IBGE, 1999. Pesquisas de Informação Básicas Municipais e Comissão Estadual de Emprego, 2004.

JARA, Carlos Julio. **Desenvolvimento: as dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. Brasília, DF: ICCA: Recife: SEPLAN, 1998.

JUNQUEIRA, L.A.P. **Descentralização e intersectorialidade**: a construção de um modelo de gestão municipal. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – FGV, v. 32, n. 2, p. 11-22, 1998.

LIMA, Ivanice Oliveira de. Rádio comunitária, gênero e capital social: a experiência da Alternativa FM, emissora da Associação das Mulheres de Nazaré da Mata – Amunan / Ivanice Oliveira de Lima. – 2010. 134 f. : Il.

LOPES, S. C. **Lourival Fontes**: as duas faces do poder. Rio de Janeiro: Litteris, 1990.

MATOS, Heloiza. **Capital social e comunicação**: interfaces e articulações. São Paulo: Summus, 2009.

PROMATA. Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco. Trabalhos para Discussão, n. 135, fevereiro de 2002, acessado em 22 de maio de 2013 pela página <http://www.fundaj.gov.br/tpd/135.html>.

PUTNAM Robert D. **La comunidad próspera: El capital social y la vida pública**. In: **Zona Abierta**, nº.94/95, Madri: Pablo Iglesia, p. 89-102, 2001.

PUTNAM Robert; LEONARDI, Robert; Nanetti, Rafaela Y. D. **Comunidade e democracia a experiência da Itália moderna**. 3 ed. Rio de Janeiro; FGV, 2002.

PROJETO ESTADUAL DE JUVENTUDE: **construindo um pacto pela juventude**. Recife, agosto de 2008.

PLANO ESTADUAL DE JUVENTUDE: **construindo um pacto pela juventude**. Recife, agosto de 2008.

RIBEIRO, Fabiano Pimentel. Capital social e desenvolvimento local: o processo de criação da reserva extrativista de Rio Formoso, Pernambuco/ Fabiano Pimentel Ribeiro. – Recife, 2013. 70f. : Il.

RUAS, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos**. In: Maria das Graças Ruas; Maria Isabel Valladão de Carvalho. (Org.). O estudo da política. Brasília: Paralelo 15, 1998, v., p. 231-260.

SERTA. Serviço de Tecnologia Alternativa. **Juventudes e Políticas Públicas**, 2007

SOUZA, Celina Maria de. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, nº 16. Junho/dezembro 2006, p. 20-45.

TAUK SANTOS, Maria Salett. **Gestão da comunicação no desenvolvimento Regional**. In: Comunicação & Educação/São Paulo (11): 29 a 34, jan./abr. 1998.

TAUK SANTOS, Maria Salett. **Comunicação e consumo: espaço das mediações da cultura transnacional e das culturas populares**. Revista Brasileira de Comunicação – Intercom, São Paulo, vol XIX, n.2, jul./dez., 1996, p. 43-47.

TAUK SANTOS, Maria Salett. **Políticas Públicas de Comunicação para o Desenvolvimento no Contexto Rural Brasileiro do Século XXI**. Trabalho apresentado à XVI Jornadas Nacionales de Extensión Rural na sessão Trabajos de Investigación, 2012.

TEIXEIRA, Celso. Elenaldo. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade, 2002**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 24 de agosto de 2013.

VIANNA, A.L.D. Novos riscos, a cidade e a intersetorialidade das políticas públicas. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – FGV, v. 32, n. 2, p. 23-33, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro**. IN: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude Rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. P. 21-34

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL/POSMEX

Profª Drª. Maria Salett Tauk Santos

Aluno: Cleyton Douglas de Apolônio Vital

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA 1 TÉCNICOS DO PROGRAMA CASA DAS JUVENTUDES DE LAGOA DE ITAENGA

1. IDENTIFICAÇÃO

BLOCO 1: IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Endereço para contato:

E-mail:

Sexo: Idade:

Escolaridade:

() Fundamental completo () Fundamental incompleto () Médio incompleto

() Médio completo () Superior, qual? _____

Há quanto tempo trabalha na Casa das Juventudes?

O que faz na Casa das Juventudes?

BLOCO 2: SOBRE A CASA DAS JUVENTUDES

Origem da CASA?

Fundação, quando?

Objetivos da CASA?

Quantas CASAS existem em Pernambuco?

Onde estão localizadas?

A CASA tem sede própria? _____ Onde? _____

BLOCO 3: FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA

Como funciona?

Como se dão as formações? (Do ciclo inicial a sua conclusão)

Quanto tempo dura a formação?

O que fazem com os jovens após o período de formação?

Quantos jovens já passaram pela formação da CASA?

Quantos jovens participam atualmente?

Masculino () Feminino ()

BLOCO 4: AVALIAÇÃO

Quais os principais desafios que enfrenta a CASA?

Quais os planos para o futuro da casa?

Se você tivesse que mudar algo no funcionamento do Programa, o que mudaria?

APÊNDICE 2

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL/POSMEX

Profª Drª. Maria Salett Tauk Santos

Aluno: Cleyton Douglas de Apolônio Vital

**APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA 2
PARTICIPANTES DO PROGRAMA CASA DAS JUVENTUDES DE LAGOA
DE ITAENGA****BLOCO 1: IDENTIFICAÇÃO**

Nome:

Endereço para contato:

E-mail:

Sexo: Idade:

Escolaridade:

 Fundamental completo Fundamental incompleto Médio incompleto Médio completo Superior, qual? _____**BLOCO 2: CAPITAL HUMANO E CAPITAL SOCIAL NO PROGRAMA CASA
DAS JUVENTUDES**

1. Você saberia me dizer como surgiu o Programa Casa das Juventudes?

Sabe dizer o que ela faz?

2. Pra você, o que é o Programa Casa das Juventudes?

3. Há quanto tempo você participa do Programa Casa das Juventudes?

4. Como você chegou à Casa das Juventudes?

5. O que motivou a sua participação na Casa das Juventudes?

6. Quais as atividades desenvolvidas pelo Programa Casa das Juventudes, no seu
entendimento?

7. O que você faz no Programa Casa das Juventudes?

8. Logo no início da sua entrada na Casa das Juventudes, que atividade desenvolvia nela?

BLOCO 3: CAPITAL HUMANO E CAPITAL SOCIAL A PARTIR DO PROGRAMA CASA DAS JUVENTUDES

1. O que você fazia antes de entrar para o Programa Casa das Juventudes?
2. Como era a sua vida pessoal antes de entrar para o Programa Casa das Juventudes?
3. E hoje, o que mudou na sua vida com o Programa Casa das Juventudes?
4. O que você aprendeu com o Programa Casa das Juventudes?
5. Com o aprendizado da Casa das Juventudes, você acha que aumentaram suas chances ao mercado de trabalho? Se sim, por quê?
6. Existe algum fato, ou algo específico que aconteceu durante sua formação na Casa das Juventudes que tenha gerado um grande aprendizado para você? Se sim, o quê?
7. Na relação com as pessoas, a Proposta Casa das Juventudes contribuiu de alguma forma para você se relacionar melhor? De que maneira?
8. Antes do Programa Casa das Juventudes, você fazia parte de alguma rede social ou utilizava e-mail? E agora você participa? Se sim, de que maneira? Rede presencial? Rede virtual?
9. Depois de conhecer a experiência da Casa das Juventudes, o que mudou no seu dia a dia?
10. Você já participava de alguma atividade coletiva:

Associação recreativa, qual?

Associação produtiva, qual?

Associação religiosa, qual?

Outras (o)? Qual (is)?

E hoje você participa de algum grupo, se sim, qual? E de redes? Qual?

11 Algumas dessas atividades geravam renda? Qual (is)? Existe relação?

12. Como você avalia o seu ganho pessoal após passar pela Casa das Juventudes?

13. O que a Casa das Juventudes acrescentou na sua vida de confiança entre os membros da rede? Se sim, mostre uma evidência. Cite um exemplo que demonstre essa confiança.

14. No seu cotidiano doméstico? Na vida profissional?

15. Você conseguiu desenvolver algum trabalho remunerado com a formação recebida na Casa das Juventudes? Se sim, qual?

BLOCO 4: DESENVOLVIMENTO LOCAL

1. Você desenvolve alguma atividade com pessoas da Casa das Juventudes?
2. A partir da experiência da Casa das Juventudes, você desenvolve algum tipo de trabalho coletivo? Se sim, qual?
3. O grupo costuma se ajudar mutuamente, uns aos outros no desenvolvimento das tarefas?
4. Em relação ao trabalho realizado após a vivência na Casa das Juventudes, você costuma trabalhar em grupos? Se sim, como é o trabalho?
2. Desenvolve algum trabalho produtivo na própria comunidade? Se sim, qual?
3. Em sua opinião, qual a importância do trabalho desenvolvido pela Casa das Juventudes para sua comunidade?
4. Qual a diferença que você vê nos jovens que passaram por formação na Casa das Juventudes para aqueles que não tiveram ainda oportunidade?

APÊNDICE 3**RELAÇÃO DOS JOVENS ENTREVISTADOS**

1	José Carlos Ferreira dos Santos
2	Iago Lima Rodrigues
3	José Lourenço da Silva Neto
4	Luiz Vicente dos Santos Filho
5	Micheli Maria de Santana
6	Paulo Souza Filho
7	Wobson da Silva Araujo
8	Francisca Lúcia Alves dos Santos
9	Jésica Carla Alves Amorim
10	Ana Paula Correia de Souza

APENDICE 4**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGENS E DECLARAÇÕES**

Pelo presente instrumento, eu, abaixo identificado, autorizo a Cleyton Douglas de Apolônio Vital, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, a utilizar as imagens e declarações por meio das entrevistas captadas, para fins de utilização na dissertação intitulada – **POLÍTICAS PÚBLICAS, JUVENTUDE E CAPITAL SOCIAL: as apropriações do Programa Casa das Juventudes pelos jovens de Lagoa de Itaenga, Pernambuco**, a ser utilizada para fins de obtenção do grau de mestre n Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela UFRPE, sem limitação de tempo ou de número de exibições.

Esta autorização inclui o uso de todo material criado que contenha imagens, por Cleyton Douglas de Apolônio Vital, da forma que melhor lhe aprouver, notadamente para toda e qualquer forma de comunicação ao público, bem como disseminá-lo via internet, sem conforme expresso na Lei. 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais).

Lagoa de Itaenga, 14 de outubro de 2013.

Assinatura

ANEXO



PROJETO CASA DAS JUVENTUDES

**Capacitar Jovens da Sociedade Civil e do Poder Público Envolvidos
nos Processos de Gestão Participativa das Casas das Juventudes do
Estado de Pernambuco**

1. Apresentação

O presente projeto corresponde ao Termo de Referência “AÇÕES FORMATIVAS EM PROCESSOS DE GESTÃO PARTICIPATIVA E APRENDIZAGEM COLETIVA EM APOIO À IMPLANTAÇÃO DAS CASAS DAS JUVENTUDES

O projeto nasceu a partir das experiências existentes das Casas das Juventudes da Bacia do Goitá, através do Conjunto Integrado de Projetos – CIP, onde envolvem diversas instituições não governamentais que atuam no campo do desenvolvimento social. A concepção das Casas das Juventudes não está pautada em apenas espaço físico e/ou instalações de equipamentos, mas sobre tudo, na formação política, intensificando um debate a cerca das políticas públicas das juventudes com o envolvimento dos gestores municipais e da sociedade civil, em especial das organizações e dos coletivos juvenis.

As casas das juventudes é um meio para estruturar as políticas públicas das juventudes nos municípios, ela é um elemento a serviço das juventudes. Diante do exposto o projeto propõe capacitar jovens da sociedade civil e do poder público, envolvidos nos processos de gestão participativa das casas das juventudes no Estado de Pernambuco, no período de agosto a novembro de 2010.

As atividades de formação estão estruturadas em quatro momentos: 1) Aprofundamento sobre a importância das casas das juventudes para emancipação, autonomia e organização das juventudes; 2) Gestão participativa das casas das juventudes; 3) Institucionalização das políticas públicas das juventudes (plano municipal, conselho e comitê intersetorial); e 4) Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Acompanhamento na implantação dos instrumentos de gestão participativa. Todo esse processo formativo converge na emancipação, na organização e na participação das juventudes nos processos de gestão das casas das juventudes, como também na implementação das políticas públicas de juventudes nos municípios. Por isso, se faz necessário conduzir um processo heterogêneo com as diversas bandeiras de lutas juvenis, em parcerias com os gestores públicos e demais atores da sociedade civil organizada. Todo esse esforço tem como foco “articular de

forma participativa, coordenada e decidida à Política Integral de Juventudes do Estado de Pernambuco.”

2. Justificativa

Por que o SERTA está apresentando uma proposta a Secretaria Estadual de Juventude e Emprego através do Termo de Referência de **AÇÕES FORMATIVAS EM PROCESSOS DE GESTÃO PARTICIPATIVA COLETIVA EM APOIO A IMPLANTAÇÃO DAS CASAS DAS JUVENTUDES?**

1. Porque existe no estado de Pernambuco um Conselho Estadual de Juventude, um plano estadual de juventude para dez anos, um Comitê Intersetorial específico para cuidar das políticas públicas das juventudes, composto pelas secretarias de Estado.
2. Porque, o SERTA há 10 anos vem formando Jovens em Agentes de Desenvolvimento Local no Estado de Pernambuco, cuja experiência em 2003 ficou em 3º lugar no Prêmio Itaú – UNICEF. A experiência foi reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação e pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco, como curso técnico de nível médio em Agroecologia e Desenvolvimento Local, com ênfase na Agricultura Familiar, atualmente temos 1.100 jovens formados.
3. Porque, o SERTA em parceria com outras organizações do Território da Bacia do Goitá: GIRAL - Grupo de Informática, Comunicação e Ação Local, Centro das Mulheres de Glória do Goitá, Centro das Mulheres de Pombos, Centro das Mulheres de Vitória de Santo Antão, Acreditar – Capital Humano e Transformação Social, Geração Futuro, AJI - Associação dos Jovens Itaenguese, APRA - Associação Progresista Rural Alegriense, CEDILI - Centro de Desenvolvimento Integral de Lagoa de Itaenga , os coletivos e as organizações juvenis, dos municípios de Glória do Goitá, Feira Nova, Lagoa de Itaenga e Pombos, construíram uma metodologia própria nos processos de gestão participativa e democrática, no âmbito da experiência das Casas das Juventudes. Vale salientar que desde 2007 essas casas tiveram total apoio da Fundação Kellogg, através do Conjunto Integrados de Projetos.

4. Em 2009 o Secretário Estadual de Juventude de Pernambuco visitou na Bacia do Goitá as quatro casas e na ocasião se comprometeu em expandir a idéia de Casas das Juventudes para outros municípios do estado de Pernambuco. Diante disso, entendemos que o termo de referência é uma oportunidade para concretizar esse sonho.

5. Porque Pernambuco tem os maiores indicadores de vulnerabilidade social das juventudes do Brasil, com destaque para violência. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2007 – IDJ de Júlio Jacobo, que tratou das questões relacionadas a educação, saúde, mortalidade e renda, Pernambuco aparece no ante penúltimo com IDJ (0,394), à frente apenas da Unidade Federativa de Alagoas.

6. Porque o estado e Pernambuco sempre se fez presente na construção das política públicas das juventudes, desde a criação da Secretaria Nacional de Juventude, a criação do Conselho Nacional de Juventude, a criação do Plano Nacional de Juventude e as discussões para construção do Estatuto da Juventude e das conferências de juventude em 2008. Pernambuco foi o estado que mais fez conferências com a participação de mais de 2000 mil jovens tendo o SERTA participando proativamente de todos esses momentos.

7. Porque o SERTA em Setembro de 2009, organizou a III Jornada Nacional da Juventude Rural, cerca de 800 jovens de todos os estados do Brasil, chegando em torno de 1000 participantes durante todo o evento.

3. Objetivo Geral

Capacitar jovens da sociedade civil e do poder público, envolvidos nos processos de gestão participativa das casas das juventudes no Estado de Pernambuco.

3.1. Objetivos Especificos

- ✓ Desenvolver processos formativos nas casas das juventudes e promover intercâmbios de trocas de experiências.
- ✓ Aprofundar e ampliar a concepção de gestão participativa das casas das juventudes tendo como protagonistas o poder público e a sociedade civil.
- ✓ Fomentar a institucionalização das políticas públicas de juventudes.

- ✓ Implantar e implementar instrumentos de gestão participativa nas casas das juventudes.

4. Metodologia de Execução das Atividades

Objetivo Geral: capacitar jovens da sociedade civil e do poder público, envolvidos nos processos de gestão participativa das casas das juventudes no Estado de Pernambuco.		
Objetivos Específicos	Ação	Resultados esperados
Desenvolver processos formativos nas casas das juventudes e promover intercâmbios de trocas de experiências.	A. Realização de 01 oficina para discutir o papel, a importância, os objetivos, as concepções das casas das juventudes. A mesma terá a participação de 90 atores sociais distribuídos nas regiões do sertão de Itaparica, Araripe, Moxotó, Central e Pajeú. Teremos a duração de 16 horas aulas. A mobilização dos participantes será realizada mediante visita aos municípios e contatos por telefone, e-mail, fax etc. No final do encontro cada município deve rever seus planos de trabalho já existe.	<ul style="list-style-type: none"> - 80 atores sociais capacitados sobre as diretrizes gerais das casas das juventudes. - Planos de Trabalho das casas das juventudes em cada município aperfeiçoados e ampliados. - 01 rede virtual consolidada de debate em torno da implementação e execução das casas das juventudes. - Princípios norteadores internalizados sobre a concepção de Casas das Juventudes. - Gestores públicos mobilizados na perspectiva de garantir a emancipação e autonomia das juventudes no processo de construção das políticas públicas das juventudes.

	<p>B. Realização de 01 oficina para discutir o papel, a importância, os objetivos, as concepções das casas das juventudes. A mesma terá a participação de 80 atores sociais distribuídos nas regiões do Agreste Meridional, Setentrional e Central. Teremos a duração de 16 horas aulas. A mobilização dos participantes será realizada mediante visita aos municípios e contatos por telefone, e-mail, fax etc. No final do encontro cada município deve rever seus planos de trabalho já existe.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - 80 atores sociais capacitados sobre as diretrizes gerais das casas das juventudes. - Planos de Trabalho das casas das juventudes em cada município aperfeiçoados e ampliados. - 01 rede virtual consolidada de debate em torno da implementação e execução das casas das juventudes. - Princípios norteadores internalizados sobre a concepção de Casas das Juventudes. - Gestores públicos mobilizados na perspectiva de garantir a emancipação e autonomia das juventudes no processo de construção das políticas públicas das juventudes.
--	---	--

	<p>C. Realização de 01 oficina para discutir o papel, a importância, os objetivos, as concepções das casas das juventudes. A mesma terá a participação de 85 atores sociais distribuídos nas regiões da Zona da Mata Norte, Mata Sul e Região Metropolitana. Teremos a duração de 16 horas aulas. A mobilização dos participantes será realizada mediante visita aos municípios e contatos por telefone, e-mail, fax etc. No final do encontro cada município deve rever seus planos de trabalho já existe.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - 85 atores sociais capacitados sobre as diretrizes gerais das casas das juventudes. - Planos de Trabalho das casas das juventudes em cada município aperfeiçoados e ampliados. - 01 rede virtual consolidada de debate em torno da implementação e execução das casas das juventudes. - Princípios norteadores internalizados sobre a concepção de Casas das Juventudes. - Gestores públicos mobilizados na perspectiva de garantir a emancipação e autonomia das juventudes no processo de construção das políticas públicas das juventudes.
<p>Aprofundar e ampliar a concepção de gestão participativa das casas das juventudes tendo como protagonistas o poder público e a sociedade civil.</p>	<p>A. Realização de 01 oficina de gestão participativa das casas das juventudes. A mesma terá uma duração de 24 horas aulas, com a participação de 90 atores sociais distribuídos nas regiões do Sertão de Itaparica, Moxotó, Pajeú, Araripe e Central. A distribuição entre os atores sociais será gestores públicos, jovens e sociedade civil. Toda mobilização dos participantes será nas visitas aos municípios e por telefone, e-mail etc.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - 90 atores sociais capacitados sobre os processos de gestão participativa das casas das juventudes. - Instrumentos de gestão participativa das casas das juventudes elaborados e consolidados. - Juventudes participando ativamente nos processos decisórios das casas.

	<p>B. Realização de 01 oficina de gestão participativa das casas das juventudes. A mesma terá uma duração de 24 horas aulas, com a participação de 80 atores sociais distribuídos nas regiões do Agreste Central, Meridional e Setentrional. A distribuição entre os atores sociais será gestores públicos, jovens e sociedade civil. Toda mobilização dos participantes será nas visitas aos municípios e por telefone, e-mail etc.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - 80 atores sociais capacitados sobre os processos de gestão participativa das casas das juventudes. - Instrumentos de gestão participativa das casas das juventudes elaborados e consolidados. - Juventudes participando ativamente dos processos decisórios das casas.
	<p>C. Realização de 01 oficina de gestão participativa das casas das juventudes. A mesma terá uma duração de 24 horas aulas, com a participação de 85 atores sociais distribuídos nas regiões da Zona da Mata Norte, Mata Sul e Região Metropolitana. A distribuição entre os atores sociais será gestores públicos, jovens e sociedade civil. Toda mobilização dos participantes será nas visitas aos municípios e por telefone, e-mail etc.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - 85 atores sociais capacitados sobre os processos de gestão participativa das casas das juventudes. - Instrumentos de gestão participativa das casas das juventudes elaborados e consolidados. - Juventudes participando ativamente dos processos decisórios das casas.
<p>Fomentar a institucionalização das políticas públicas de juventudes. plan o municipal das juventudes, comitê intersetorial das juventudes e secretaria, diretoria, coordenadoria das juventudes.</p>	<p>A. Realização de 01 oficina para discutir a institucionalização das políticas públicas das juventudes em âmbito municipal. A mesma terá uma duração de 16 horas aulas, tendo representantes da sociedade civil, jovens e representantes do poder público, totalizando 90 atores sociais. As regiões mobilizadas serão do Sertão do Araripe, Itaparica, Central, Moxotó e Pajeú. Todo o trabalho de mobilização e articulação será feito através de visitas aos municípios e contatos por e-mail, telefone e etc.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - 90 atores sociais capacitados sobre a institucionalização das Políticas Pública das Juventudes. - Poder legislativo envolvidos na discussão e implementação das políticas públicas de juventudes. - Avanços e desafios identificados para implantação da política pública das juventudes. - 30% municípios garantindo a institucionalização da política pública das juventudes.

	<p>B. Realizar 01 oficina para discutir a institucionalização das políticas públicas das juventudes em âmbito municipal. A mesma terá uma duração de 16 horas aulas, tendo representantes da sociedade civil, jovens e representantes do poder público, totalizando 80 atores sociais. As regiões mobilizadas serão do Agreste Meridional, Central e Setentrional. Todo o trabalho de mobilização e articulação será feito através de visitas aos municípios e contatos por e-mail, telefone e etc.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - 80 atores sociais capacitados sobre a institucionalização das Políticas Pública das Juventudes. - Poder legislativo envolvidos na discussão e implementação das políticas públicas de juventudes. - Avanços e desafios identificados para implantação da política pública das juventudes. - 30% municípios garantindo a institucionalização da política pública das juventudes.
	<p>C. Realizar 01 oficina para discutir a institucionalização das políticas públicas das juventudes em âmbito municipal. A mesma terá uma duração de 16 horas aulas, tendo representantes da sociedade civil, jovens e representantes do poder público, totalizando 85 atores sociais. As regiões mobilizadas serão da Zona da Mata Norte, Mata Sul e Região Metropolitana. Todo o trabalho de mobilização e articulação será feito através de visitas aos municípios e contatos por e-mail, telefone e etc.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - 85 atores sociais capacitados sobre a institucionalização das Políticas Pública das Juventudes. - Poder legislativo envolvidos na discussão e implementação das políticas públicas de juventudes. - Avanços e desafios identificados para implantação da política pública das juventudes. - 30% municípios garantindo a institucionalização da política pública das juventudes.

Implantar e implementar instrumentos de gestão participativa nas casas das juventudes.	<p>A. Realizar 01 oficina de planejamento, monitoramento e troca de experiência entre os gestores públicos, jovens e representantes da sociedade civil, nos processos de gestão participativa das casas das juventudes. Iremos mobilizar 90 participantes das regiões do Sertão do Moxotó, Itaparica, Pajeú, Araripe e Sertão Central. A carga horária da oficina será de 24 horas aulas. A mobilização dos participantes será feita nas visitas aos municípios e contatos por telefone e e-mail.</p>	<p>- 90 atores sociais capacitados no PMAS – Planejamento, Monitoramento e Sistematização e aptos a executarem.</p> <p>- Indicadores de impactos identificados com resultados nas ações promovidas pelas Casas das Juventudes.</p> <p>-Intercâmbios das experiências das casas das juventudes da Bacia do Goitá com os demais municípios envolvidos no projeto.</p>
	<p>B. Realizar 01 oficina de planejamento, monitoramento e troca de experiência entre os gestores públicos, jovens e representantes da sociedade civil, nos processos de gestão participativa das casas das juventudes. Iremos mobilizar 80 participantes das regiões do Agreste Meridional, Central e Setentrional. A carga horária da oficina será de 24 horas aulas. A mobilização dos participantes será feita nas visitas aos municípios e contatos por telefone e e-mail.</p>	<p>-80 atores sociais capacitados no PMAS – Planejamento, Monitoramento e Sistematização e aptos a executarem.</p> <p>- Indicadores de impactos identificados com resultados nas ações promovidas pelas Casas das Juventudes.</p> <p>-Intercâmbios das experiências das casas das juventudes da Bacia do Goitá com os demais municípios envolvidos no projeto.</p>
	<p>C. Realizar 01 oficina de planejamento, monitoramento e troca de experiência entre os gestores públicos, jovens e representantes da sociedade civil, nos processos de gestão participativa das casas das juventudes. Iremos mobilizar 85 participantes das regiões da Zona da Mata Norte, Mata Sul e Região Metropolitana. A carga horária da oficina será de 24 horas aulas. A mobilização dos participantes será feita nas visitas aos municípios e contatos por telefone e e-mail.</p>	<p>- 85 atores sociais capacitados no PMAS – Planejamento, Monitoramento e Sistematização e aptos a executarem.</p> <p>- Indicadores de impactos identificados com resultados nas ações promovidas pelas Casas das Juventudes.</p> <p>-Intercâmbios das experiências das casas das juventudes da Bacia do Goitá com os demais municípios envolvidos no projeto.</p>

5. Conteúdo Programático

Aprofundamento sobre a importância das casas das juventudes para emancipação, autonomia e organização das juventudes.			Carga horária
Oficina 01	01	Histórico das Casas das Juventudes.	1 hora
	02	Concepções filosóficas das Casas.	4 horas
	03	A casa como espaço de vida.	4 horas
	04	As casas como meio e não como fim, da política pública de juventudes.	4 horas
	05	Construção e revisão dos planos de trabalho.	3 horas
	TOTAL		16 horas

Gestão participativa das casas das juventudes.			Carga horária
Oficina 02	01	Gestão coletiva.	4 horas
	02	O Que é participação das juventudes?	4 horas
	03	História das lutas sociais e juvenis.	4 horas
	04	Mobilização Social.	4 horas
	05	Construção dos instrumentos de gestão.	8 horas
	TOTAL		24 horas

Institucionalização das políticas públicas das juventudes (plano municipal, conselho, comitê intersetorial).			Carga horária
Oficina 03	01	Contextualização da Política Pública das Juventudes no Mundo, no Brasil e no Estado de PE.	1 hora
	02	Aprofundar as concepções dos Marcos Legais da PPJ	2 horas
	03	Plano Municipal das juventudes	4 horas
	04	Comitê Intersectorial das juventudes	4 horas
	05	Conselho Municipal das juventudes	4 horas

	TOTAL	16 horas
--	--------------	-----------------

Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Acompanhamento na implantação dos instrumentos de gestão participativa.			Carga horária
Oficina 04	01	O que é PMAS – Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização.	4 horas
	02	Planejamento estratégico	8 horas
	03	Indicadores de impactos e resultados	4 horas
	04	Identificar os avanços e desafios na implementação dos instrumentos de gestão das Casas das Juventudes.	4 horas
	05	Conhecer a experiência da Bacia do Goitá na implantação dos instrumentos de gestão das casas das juventudes	4 horas
	TOTAL		24 horas

6. Meta

Capacitar 255 atores sociais subdivididos entre gestores públicos, jovens e representantes da sociedade civil organizadas nos processos de gestão e implantação das casas das juventudes e institucionalização das políticas públicas das juventudes nos 51 municípios envolvidos no projeto.

7. Monitoramento e Avaliação

O monitoramento e avaliação será de todo o processo vivenciado, a assessoria pedagógica irá cuidar especificamente desta ação, medir os resultados e as ações pactuadas com o governo do estado, como também com os municípios junto com os

educadores monitorar as ações in lócus, mediante instrumentos de monitoramento capazes de facilitar o processo. Segue abaixo.

- ✓ Cronograma de execução – Pactuado na apresentação do projeto com o financiador, em caso de alterações será comunicado a Secretaria de Juventude e Emprego para sua apreciação e autorização do mesmo.
- ✓ Relatório mensal – Cada educador irá produzir um relatório do funcionamento das casas das juventudes, o mesmo será analisado pela assessoria pedagógica do projeto.
- ✓ Relatórios parciais- A cada liberação de recursos será apresentado um relatório físico financeiro e pedagógico.
- ✓ Planejamento mensal - A cada mês a assessoria pedagógica com a coordenação geral do projeto reunirá toda a equipe (projeto) para planejar as ações do mês seguinte e avaliar as ações do mês anterior, mediante o cronograma de execução pactuado com a Secretaria Estadual de Juventude e Emprego.
- ✓ Ficha de monitoramento – Durante a execução das atividades será produzida uma ficha padrão de monitoramento do funcionamento e implantação das casas das juventudes.
- ✓ Ficha dos participantes – Será organizada uma planilha contendo todos os dados das referências nos municípios responsáveis pelas casas das juventudes.
- ✓ Fotografias – Nas oficinas serão produzidos registros fotográficos que servirá como meio de verificação, assim como listas de presença.
- ✓ Produção de vídeo contendo as experiências do projeto/proposta.

8. Resultados Esperados

- ✓ 225 atores sociais capacitados em processos de gestão participativa das Casas das Juventudes em 51 municípios envolvidos no projeto.
- ✓ 51 casas das juventudes acompanhadas em seus processos de gestão participativa.

- ✓ 100 gestores públicos, jovens e sociedade civil mobilizados e trocando experiência das Casas das Juventudes na Bacia do Goitá.
- ✓ 3000 mil atores sociais mobilizados e envolvidos na proposta das Casas das Juventudes do estado de Pernambuco.
- ✓ Procedimentos, estratégias e diretrizes constituídos para o funcionamento das 51 Casas das Juventudes.
- ✓ 30% dos municípios envolvidos no projeto com os instrumentos de gestão participativa funcionando e com os marcos legais de PPJ.
- ✓ Juventudes incidindo na construção das políticas públicas de juventudes no Estado de Pernambuco.

9. Cronograma de Execução

ATIVIDADES	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
Oficina sobre o papel e importância das Casas das Juventudes, seus objetivos, princípios e diretrizes.	X	X		
Oficinas de gestão participativa das Casas das Juventudes.		X	X	
Oficinas sobre a institucionalização da política pública das juventudes, plano municipal, comitê intersectorial, conselho das juventudes.			X	X
Oficinas de Planejamento, Monitoramento, Avaliação e acompanhamentos das casas das juventudes e trocas de experiências exitosas.			x	x
Reunião de planejamento e alinhamento da equipe.	X	X	X	X
Reunião com a equipe da SEJE.	X	X	X	X
Relatório parcial e final.		X	X	X

Ibimirim, 05 de Junho de 2010.

Germano de Barros Ferreira

Presidente